



SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

Termo de Referência

São partes indissociáveis do presente Termo de Referência os Anexos abaixo indicados:

- Anexo A – Caderno de Especificações Técnicas
- Anexo B – Planilha de Quantitativos
- Anexo C – Diretrizes de Segurança
- Anexo D – Diretrizes de Planejamento, Comunicação, Fiscalização e Gestão
- Anexo E – Pranchas gráficas e fotos

A. Objeto

1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a melhoria do sistema de iluminação natural e artificial do Salão Nobre e do Museu do Senado Federal.
2. O objeto encontra-se detalhadamente descrito no Caderno de Especificações Técnicas, parte integrante deste Termo de Referência.
 - 2.1. Sobre o Estudo Técnico Preliminar: Considerando que o Estudo Técnico Preliminar tem por fito caracterizar o interesse público envolvido e a sua melhor solução, tendo em vista que:
 - 2.1.1. - os elementos consignados nos documentos de formalização da demanda evidenciam, de forma inquestionável, que a única solução possível ao seu atendimento é a contratação do fornecimento e instalação dos elementos de bloqueio solar e de iluminação artificial para o Salão Nobre do Senado Federal;
 - 2.1.2. - o Salão Nobre faz parte de uma edificação existente com partido arquitetônico definido e padrão construtivo estabelecido, não sendo viável a adoção de materiais ou técnicas construtivas em desacordo com as premissas e restrições de preservação do patrimônio edificado do Senado Federal;
 - 2.1.3. - Discussões aprofundadas a respeito das alternativas e possibilidades técnicas terem sido feitas no escopo do documento 00100.191491/2023-65.
 - 2.2. Entende-se ser dispensável a elaboração do ETP.
3. Não há contrato vigente para o objeto deste Termo de Referência.

B. Justificativa

4. De acordo com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, compete à Secretaria de Infraestrutura a elaboração de projetos que alterem as características físicas do complexo arquitetônico do Senado Federal, além de aprovar, gerir e fiscalizar serviços contratados a terceiros na sua área de atuação.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

“Art. 222. À Secretaria de Infraestrutura compete dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de conservação arquitetônica, reforma e atualização das instalações internas, edificações e áreas externas do complexo arquitetônico do Senado Federal; dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de marcenaria e serralheria, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações civis, elétricas, eletromecânicas, hidráulicas e hidrossanitárias do complexo arquitetônico do Senado Federal; aprovar, gerir e fiscalizar serviços contratados a terceiros na sua área de atuação; manifestar-se obrigatória e previamente sobre projetos de contratação que possam impactar o complexo arquitetônico do Senado Federal ou seus sistemas de infraestrutura; definir diretrizes de infraestrutura e planos para uso, ocupação e intervenções no CASF; elaborar instruções normativas que regulamentem tais definições e diretrizes; gerir o plano de edificações do Senado Federal; executar tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições das áreas internas; realizar a gestão de recursos humanos e materiais de suporte da Secretaria e executar outras atividades correlatas.”

5. Atendimento à demanda nº 0092/2023-SENIC. Como consta no documento de oficialização de demanda, o local que passará por intervenção é ocupado pelo Salão Nobre, espaço de recepção de Chefes de Estado. O local é também ocupado pelo Museu Histórico Senador Itamar Franco, que abriga obras de arte de valor inestimável, como o quadro de Gustavo Hastoy, que representa a assinatura da primeira constituição brasileira.
6. Atendimento à demanda nº 0012/2024-SENIC. Como consta no documento de oficialização da demanda, o objeto abarca, dentro do que é possível tecnicamente, os pleitos feitos pela COMUS/SGIDOC ao longo dos anos quanto à necessidade de atualização tecnológica do sistema de iluminação do Salão Nobre.
7. As cortinas existentes no Salão Nobre hoje estão gastas e o blackout se encontra com furos. Além disso, acumulam pó e ácaros e deixam passar o calor, fatores que prejudicam a conservação e a integridade de obras de arte do acervo museológico do Senado Federal.
8. Trata-se da fachada principal do Palácio do Congresso Nacional, hoje com persianas originais e cortinas inadequadas. Busca-se a uniformização e condições melhores de limpeza do local e de conservação de objetos, móveis e obras de arte ali presentes.
9. Dentro desse mesmo contexto, agrega-se ao escopo a melhoria do sistema de iluminação artificial para que se tenha maior nível de controle de transição entre o sistema natural e artificial.

C. Critério de Julgamento e de Adjudicação

10. O serviço a ser contratado pode ser decomposto em atividades simples, padronizáveis e pouco complexas, que são perfeitamente mensuráveis, especificáveis, objetivamente definidas e de amplo domínio do mercado de engenharia de todo o país. Portanto, são classificáveis como serviços comuns e sugere-se a modalidade de licitação Pregão Eletrônico.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

11. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços, uma vez que são de conhecimento prévio do órgão os quantitativos necessários para atingimento do objetivo do projeto.
12. A contratação dar-se-á pela forma de Execução Indireta e o regime será de contratação semi-integrada. A execução direta do objeto do Contrato não é viável pelo Senado Federal, que, além de não possuir em seus quadros funcionários ou servidores capacitados para a execução dos serviços, não dispõe dos materiais, ferramentas e equipamentos necessários. Observe-se que há no mercado empresas especializadas nos serviços pretendidos, que podem atender às necessidades deste Termo de Referência, com mais eficiência e eficácia que uma eventual administração direta com compra de materiais. Assim, os serviços deverão ocorrer por execução indireta.
13. Será adotado o critério de seleção pelo **Menor Valor Global** por se tratar de serviços compostos por etapas complementares e interligadas. A execução de um serviço interfere na execução de outro, existindo uma grande interdependência entre os mesmos. Caso cada serviço fosse contratado separadamente haveria dificuldade em definir a responsabilidade de cada empresa prestadora de serviços, bem como em atender de forma tempestiva às demandas. Dessa forma, não é viável a contratação de empresas diferentes para a execução de itens isolados. Justificativa para adoção do menor preço: O conjunto de atividades necessárias a viabilizar a intervenção foram amplamente detalhados no caderno de especificações de modo que, atendidas as fichas técnicas, a administração pode selecionar a proposta de menor preço para celebração do futuro contrato.

D. Critérios e práticas de sustentabilidade

14. As especificações dos materiais e equipamentos foram elaboradas visando ao uso de materiais sustentáveis e ecológicos, bem como ao atendimento ao Ato da Diretoria-Geral no. 11 de 2018.
15. A CONTRATADA deve atender aos requisitos de Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções nos âmbitos federal, estadual e municipal.
16. Caberá à CONTRATADA implementar a logística reversa dos materiais, quando aplicável.
17. Nenhuma substância deve ser descartada sem prévia análise de suas consequências e impactos ao Meio Ambiente. A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela CONTRATADA para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.
18. Correrá por conta da CONTRATADA o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.
19. O descarte dos resíduos da construção civil (entulho) deverá seguir as normas e orientações do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal. A disponibilização de caçambas, o transporte e o descarte deverão ser feitos por empresas credenciadas e conforme as normas vigentes.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

E. Tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas

20. Não há óbice à aplicação do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, de tal sorte que, para os itens/grupos cujo valor estimado se encontre abaixo de R\$ 80.000,00, a licitação poderá ser exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

F. Especificações Técnicas do Objeto

21. As especificações técnicas do objeto e os detalhes específicos da execução dos serviços a serem prestados estão no Caderno de Especificações Técnicas, anexado a este Termo de Referência. Considerando a grande amplitude de materiais e insumos disponíveis no mercado de engenharia de todo o país, este órgão técnico entende como necessário incluir nas especificações técnicas referências comerciais dos materiais especificados, atribuindo-se algum norte para as licitantes e para o órgão interno da SINFRA responsável pela pesquisa de preços. Obviamente a futura contratada não é obrigada a fornecer os materiais idênticos aos referenciados, sendo possível fornecer materiais similares.

CATMAT/CATSER

22. CATSER: 1627 – Manutenção / Reforma Predial.

Amostras

23. Não está prevista a apresentação de amostras durante o certame licitatório.

G. Indicação de pessoal técnico adequado

24. A CONTRATADA deverá possuir mão de obra qualificada e especializada para a perfeita execução do objeto, conforme especificado no Edital e seus anexos, dimensionada de forma a cumprir os prazos estabelecidos.
25. A CONTRATADA deverá designar responsável técnico pela execução do objeto, obrigatoriamente profissional de engenharia ou arquitetura que esteja devidamente registrado no CREA ou CAU como responsável técnico pelo objeto da contratação e que tenha a habilitação em Engenharia e Segurança do Trabalho. O profissional deve ser habilitado para serviços da natureza do objeto.
26. O Responsável Técnico deverá assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, incluindo a instrução do pessoal, conferência de medidas, elaboração de documentos complementares, garantia do cumprimento das normas técnicas de Engenharia, Arquitetura e de Segurança do Trabalho e das especificações técnicas deste Termo de Referência, além do fiel cumprimento do prazo contratual e garantia da qualidade técnica.
27. Os(as) responsáveis técnicos(as) deverão, além de suas atividades contínuas, estar disponíveis para atender aos(às) gestores(as) e fiscais do SENADO em regime de plantão, para esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.



SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

28. A CONTRATADA designará formalmente um preposto, conforme modelo abaixo, para representá-la frente à Administração, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”) e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto indicado.

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO
<p>Titular: _____, brasileiro ____, RG ____, CPF ____.</p> <p>Substituto(s): _____, brasileiro ____, RG ____, CPF ____.</p> <p>A empresa ____, sediada/filial na [endereço], Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], neste ato representada por seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, nomeia e constitui como seus Prepostos os funcionários acima qualificados, para bem representá-la perante o Senado Federal no âmbito do Contrato nº ____/20____, durante todo o período de vigência contratual e prorrogações legais, se houver.</p> <p>Nos eventuais impedimentos ou ausências do Preposto Titular, a representação será realizada pelo(s) Preposto(s) Substituto(s).</p> <p>Os Prepostos acima designados têm poderes bastantes e suficientes para receber e enviar – sempre por escrito – comunicações, notificações, reclamações e outros documentos, reportar-se à Fiscalização do Contrato sempre que necessário, debater assuntos administrativos e contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos, recorrer de qualquer instância administrativa, entregar documentos, requerer informações e providências, formular solicitações, registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade dos ocupantes dos postos de trabalho e orientá-los no que couber, providenciar os livros de ocorrências e mantê-los permanentemente atualizados, requer internamente à empresa a adoção das providências que se façam necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, pleno e perfeito desempenho da presente designação.</p> <p style="text-align: right;">Brasília-DF, ____ de ____ de 20____.</p> <p style="text-align: right;">Diretor-Presidente da empresa</p>

29. Deverá ser comprovada, por meio de documentação (contrato social, atas de assembleia, procurações, etc.), a competência do signatário para delegar poderes aos prepostos.
30. A critério da CONTRATADA, o preposto poderá ser indicado simultaneamente como responsável técnico.

H. Capacidade técnica necessária

31. Para a **habilitação**, as empresas licitantes deverão comprovar qualificação técnica por meio dos seguintes documentos:

Capacidade Técnico-operacional

32. *Certidão de Registro de Pessoa Jurídica*, expedida pelo CREA ou CAU, em nome da licitante, da região a que estiverem vinculados. Justificativa: Entende-se que parte das atividades previstas no escopo contratual são regulamentadas por Lei específica, cabendo a exigência de registro no conselho de classe específico.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

- a) No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA/DF ou CAU/DF na ocasião da assinatura do Contrato.

Capacidade Técnico-profissional

33. A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do(s) responsável(eis) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto deste Edital, devendo referir-se a profissionais de nível superior com formação em Engenharia ou Arquitetura, habilitação em Engenharia e Segurança do Trabalho e que tenham vínculo com a empresa licitante. Justificativa: Entende-se que parte das atividades previstas no escopo contratual são regulamentadas por Lei específica, cabendo a exigência de registro no conselho de classe específico.
- 33.1. A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o(a) profissional como sócio(a); carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, declaração de contratação futura do(a) responsável técnico(a), desde que acompanhada de declaração de anuência do(a) profissional.
- b) Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s) junto ao CREA ou CAU da região a que estiver(em) vinculado(s). No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA/DF ou CAU/DF na ocasião da assinatura do Contrato.
- 33.2. Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do Conselho de Classe.

Capacidade econômico-financeira

34. A habilitação econômico-financeira exigida é aquela prevista no Art. 69 da Lei 14.133/2021, tendo em vista não ser aplicável a disposição do inciso III do art. 70 do mesmo normativo.

I. Vistoria

35. O órgão técnico entende que o presente Termo de Referência e seus anexos possuem todas as informações suficientes para que as licitantes compreendam adequadamente o objeto e suas peculiaridades. Em razão disso, entendemos que a Vistoria não é necessária.

J. Forma e local de execução

36. A Fiscalização poderá determinar que os serviços sejam realizados aos fins de semana, de 18h de sexta-feira às 8h de segunda-feira, sem qualquer tipo de compensação, sempre que qualquer das seguintes situações esteja configurada:
- a) Implicar interdição de áreas;





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

b) Causar transtornos nas áreas contíguas devido a ruídos, odores, etc.;

37. Os serviços serão realizados em Brasília, DF, no Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

K. Condições de recebimento

38. Os serviços executados serão recebidos após a conclusão dos serviços:

- a) Provisoriamente: a Fiscalização receberá o objeto, provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações, quando da sinalização por parte da contratada de término da execução de cada uma das etapas de execução previstas na Tabela 1;
- b) Definitivamente: o(a) Gestor(a) responsável receberá o objeto, definitivamente, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento provisório da última Etapa, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto.

39. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

L. Planilha de composição de custo

- 40. A planilha de quantitativos encontra-se no Anexo B do Termo de Referência, com suas respectivas quantidades e custos unitários de material e mão de obra.
- 41. A CONTRATADA não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique custo adicional ao Senado Federal.
- 42. Conforme disposto no Decreto nº 7.983/2013 e Acórdão Plenário nº 2369/2011, TC 025.990/2008-2 (TCU), os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica devem apresentar taxa de BDI reduzida.
- 43. Em nenhuma hipótese será admitido que as empresas utilizem a referência “verba” (vb) para caracterizar quantitativos e valores de itens das planilhas orçamentárias.
- 44. Ainda em relação ao Ato do Primeiro Secretário nº 2 de 2016 do Senado Federal, não há necessidade de acostar aos autos um estudo técnico detalhado para a definição da taxa máxima aceitável de BDI de referência. O Acórdão nº 2622/2013 TCU – Plenário estabelece tal referência, considerando estudo que pautou-se em fundamentação estatística, jurídica, econômica e contábil para a estipulação de taxas referenciais de BDI para diversos tipos de obras públicas e para fornecimento de materiais e equipamentos relevantes. Assim, o referido Acórdão propicia entendimento sobre os principais aspectos relacionados com essa parcela da formação dos preços das obras públicas. Comentou em seu voto o Ministro Marcos Bemquerer Costa:

“139. Trata-se de um trabalho de excelência, de tal forma que, considerando o rigor técnico para a seleção dos dados e o tratamento





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

estatístico empregado no presente estudo, tenho segurança para afirmar que as faixas referenciais de BDI aqui apresentadas refletem as mais diversas variáveis atinentes às características das obras e às peculiaridades das empresas que podem influenciar o cálculo do BDI de obras públicas, o que permite concluir que essas faixas referenciais são aptas e válidas para servirem de referencial às unidades técnicas do TCU.”

45. O objeto em tela é de natureza comum e está enquadrado dentro dos parâmetros e premissas adotados no estudo do TCU. Caberia ao Senado Federal, em nosso entendimento, a elaboração de estudos técnicos detalhados para os casos em que fosse necessário adotar percentuais de BDI acima da faixa considerada como admissível pelo citado Acórdão:

“142. Explicando melhor, se a equipe de auditores verificar que o BDI está, injustificadamente, acima da faixa admissível, deve proceder a uma análise pormenorizada dos itens que o compõem e, nesse caso, a existência de uma tabela de referência é uma diretriz para que possam ser detectadas as incongruências que ocasionaram esse percentual final elevado.

143. Importante destacar, contudo, que não cumpre ao TCU estipular percentuais fixos para cada item que compõe a taxa de BDI, ignorando as peculiaridades da estrutura gerencial de cada empresa que contrata com a Administração Pública. O papel da Corte de Contas é impedir que sejam pagos valores abusivos ou injustificadamente elevados e por isso é importante obter valores de referência, mas pela própria logística das empresas é natural que ocorram certas flutuações de valores nas previsões das despesas indiretas e da margem de lucro a ser obtida.

144. Como essa análise dos itens que compõem o BDI deve ser feita em conjunto, a adoção de um percentual muito acima da faixa de referência para determinado componente não necessariamente constitui irregularidade, pois, em contrapartida, outras despesas indiretas, ou ainda, o lucro podem estar cotados em patamares inferiores ao esperado.

145. Ainda no tocante à adoção de faixas de referência, endosso a opinião do grupo de trabalho no sentido de que “a faixa é a expressão da quantificação dessa variabilidade admitida. Entretanto, não se deve perder de vista que o parâmetro mais importante de todos é o valor médio do BDI. Ele é o parâmetro que deve ser buscado pelo gestor, pois representa a medida estatística mais concreta obtida. A faixa apenas amplia e dá uma dimensão da variação do BDI, mas é a média o valor que de fato representa o mercado, devendo servir como referência principal a ser buscada nas contratações públicas.”



SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

46. Portanto, sugere-se a manutenção dos percentuais de BDI indicados no Acórdão nº 2622/2013 – Plenário TCU.

M. Proposta comercial e critério de aceitabilidade dos preços

47. No momento de apresentação da documentação de habilitação, a licitante vencedora deve apresentar a proposta comercial, indicando de forma individualizada o valor e o índice de BDI adotado de cada item previsto na planilha orçamentária do Edital.
48. A proposta comercial deverá indicar o valor unitário, quantidade e valor total, conforme planilha orçamentária prevista no Edital, bem como eventuais informações complementares como o índice de BDI. A proposta comercial também deve seguir o regramento específico de licitações.
49. A licitante vencedora também deverá apresentar a composição analítica do BDI, conforme Acórdão Plenário nº 2369/2011, TC 025.990/2008–2 (TCU) e Ato do Primeiro Secretário nº 2 de 2016 do Senado Federal (fórmula abaixo). Ressalta-se que a licitante deverá apresentar a composição para todos os índices de BDI adotados, incluindo o BDI reduzido para mero fornecimento.

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC é a taxa de rateio da Administração Central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em Edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

50. Não se admitirá que o preço individual de cada item da proposta seja superior ao preço individual de cada item da planilha orçamentária indicada na Pesquisa de Preços.
51. Itens com valor muito discrepante em relação ao valor pesquisado pelo Senado Federal ou índices de BDI adotados acima do utilizado pelo Senado Federal deverão ser justificados.

N. Obrigações da Contratada

52. Cabe à CONTRATADA:

a) Manter durante a execução do Contrato as condições de habilitação e de





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

- qualificação que ensejaram sua contratação;
- b) Fornecer as máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra (inclusive os encargos sociais), insumos, transporte e tudo mais que seja necessário para a execução, a conclusão e a manutenção dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos custos unitários dos serviços ou no BDI;
 - c) Dotar sua equipe técnica de treinamento, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIs) que sejam necessários à preservação da incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado Federal;
 - d) Assegurar que seus funcionários utilizem todos os equipamentos obrigatórios previstos em regramento oficial federal ou local que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, incluindo o disposto nas normas NR-6, NR-10, NR-18, NR-35, sem prejuízo das demais normas regulamentadoras aplicáveis;
 - e) Acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância;
 - f) Dotar o local da execução dos serviços dos equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao Senado Federal ou a terceiros;
 - g) Não causar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica, telefone e lógica do Senado Federal;
 - h) Não causar transtornos ao sistema de captação de esgoto e águas pluviais do Senado Federal;
 - i) Solicitar por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, o desligamento de quaisquer partes do sistema elétrico, hidráulico, de telecomunicações ou de lógica que se façam necessários para a perfeita execução dos serviços;
 - j) Refazer os trabalhos recusados pela Fiscalização e retirar do Senado Federal os materiais rejeitados;
 - k) Promover, às suas expensas, a substituição dos materiais recusados pela Fiscalização;
 - l) Proteger os móveis e objetos existentes com lonas e outros materiais adequados, de modo a evitar danos no local de execução dos serviços e, se for o caso, em suas proximidades;
 - m) Depositar lixo e entulhos provenientes dos serviços em caçambas metálicas estacionárias, dispostas em locais indicados pelo Senado Federal;
 - n) Tomar todas as providências necessárias para a manutenção da boa aparência nos locais que sofrerão intervenções;
 - o) Manter o local dos serviços e seus acessos permanentemente limpo, livre de quaisquer sujeiras causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

- limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;
- p) Providenciar o isolamento adequado do local de trabalho;
 - q) Fornecer previamente ao Senado Federal relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, para fins de registro e autorização de acesso junto à Polícia Legislativa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, quando for o caso, que deverá ser acompanhada da cópia do Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Carteira de Trabalho (CTPS) ou contrato de prestação de serviços celebrado com o respectivo funcionário, bem como informar qualquer alteração que venha a ocorrer na referida relação;
 - r) Manter todos os empregados devidamente uniformizados e identificados com crachás, onde deverão constar seu nome, RG, função e empresa empregadora;
 - s) Responsabilizar-se pela conferência prévia de todas as medidas e quantidades no local;
 - t) Observar as disposições e especificações contidas neste Termo de Referência e no Contrato, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens;
 - u) Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, novos e de fabricação recente, estar acondicionados em suas embalagens originais lacradas, podendo a Fiscalização exigir as notas fiscais e comprovantes de aquisição;
 - v) Garantir que os novos materiais a serem aplicados manterão as características e padrões dos materiais existentes nos casos de necessidade de manutenção de padrão específico;
 - w) Designar por escrito os funcionários que irão atender ao Senado Federal, indicar números de telefone e endereços de e-mail para contato;
 - x) Executar e acompanhar todos os testes relacionados ao perfeito funcionamento do objeto e todas as instalações cujo funcionamento possa ter sido afetado ou interaja diretamente com o objeto;
 - y) Emitir Relatório Diário (RD), com frequência diária e em meio digital. O modelo de Relatório deverá ser aprovado pela Fiscalização;
 - z) Substituir ou reparar os materiais ou serviços executados que apresentarem defeito no período de garantia em até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação do gestor.
 - aa) Em caso de cessão de espaços à CONTRATADA, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 30/2002, promover as adequações necessárias para desempenhar suas atividades, de modo a obter um ambiente funcional, seguro, limpo, confortável e ordenado para seus funcionários. A empresa será integralmente responsável pela manutenção desses espaços, incluindo serviços de manutenção civil, elétrica, ar condicionado etc. Antes do encerramento da vigência contratual, a CONTRATADA deverá entregar ao SENADO o espaço cedido nas mesmas condições em que recebeu.
 - bb) Registrar os serviços junto ao CREA-DF ou CAU, conforme composição da equipe, e apresentar à Fiscalização as ARTs ou RRTs correspondentes no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

53. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste Termo de Referência:
- a) O inciso VIII, do artigo 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;
 - b) Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste Termo de Referência e seus Anexos;
 - c) ABNT NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);
 - d) Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;
 - e) Recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construções” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
 - f) Recomendações do manual “Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas” do Tribunal de Contas da União; e
 - g) Recomendações e instruções dos fabricantes.

O. Obrigações do Contratante

54. Cabe ao SENADO:

- a) Promover o cumprimento do Contrato e documentos correlatos;
- b) Dirimir eventuais dúvidas da CONTRATADA;
- c) Cumprir os termos e prazos descritos neste Termo de Referência e no Caderno de Especificações Técnicas;
- d) Recusar qualquer documento, equipamento, material ou serviço entregue, fornecido ou prestado em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Caderno de Especificações Técnicas, nas normas técnicas, em documentos contratuais ou com o bom padrão de acabamento e qualidade;
- e) Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços, de acordo com as normas internas do Senado Federal;
- f) Determinar à CONTRATADA a substituição de qualquer profissional a ela vinculado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública;
- g) Efetuar os pagamentos devidos, nos termos contratados.

P. Condições de pagamento

55. O pagamento será efetuado em etapa única quando da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Q. Formalização e prazo de vigência do Contrato

56. O Contrato será formalizado após licitação, nos termos da legislação aplicável.
57. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos, ou até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o que ocorrer primeiro.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

R. Prazo de garantia dos serviços

58. O prazo de garantia dos materiais e serviços será de 5 (cinco) anos contados do recebimento definitivo do objeto.
59. Caso, em virtude de falha ou defeito, seja necessário o refazimento ou reparo de algum serviço no período de garantia, ele será executado de acordo com o estabelecido no Anexo A.
60. Para que a garantia seja acionada, serão adotados os seguintes procedimentos:
- a. A CONTRATADA terá obrigação de manter todos os seus contatos físicos, telefônicos e eletrônicos atualizados junto ao Senado Federal;
 - b. Em caso de necessidade de acionamento da garantia, a CONTRATADA será notificada por escrito.

S. Acompanhamento e Fiscalização do Contrato

61. A Gestão Contratual ficará a cargo do Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação – NGCIC.
62. A Fiscalização Técnica será realizada pelo Coordenador da Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura – Coproj (titular) e pelo seu/sua substituto(a) eventual (substituto(a)).

T. Estimativa de custo

63. A estimativa é de R\$ 37.182,12, conforme pesquisa de preços acostada aos autos sob o NUP 00100.026509/2024-30.

U. Subcontratação

64. É vedada a subcontratação ou sub-rogação dos serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto deste Edital.

V. Participação de consórcio

65. É vedada a participação de consórcio. Esse tipo de associação de empresas provocaria um aumento injustificado do volume de serviço administrativo nas etapas de contratação e gestão do Contrato, com consequente aumento de ônus para o Senado Federal. Para o vulto de contratação em questão, diversas empresas no mercado têm capacidade técnica e operacional adequada para execução plena do objeto. A consequência dessa medida é uma potencial ampliação do rol de empresas capazes de participar da licitação. Além disso, o consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição, conforme entendimento de Justen Filho¹. Dessa forma, mesmo sem a participação de consórcios, o Senado Federal tem a expectativa de obter proposta comercial vantajosa.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª Edição, 2014 - pg. 658





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

W. Sanções contratuais

66. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo). O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

67. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o Senado Federal aplicará sanções punitivas, por infração, conforme os graus, as correspondências, as descrições e as incidências estabelecidas na Tabela 1 e na Tabela 2:

Tabela 1 – Grau e correspondência de cada infração

Grau da infração	Correspondência
Leve	0,5% do valor do Contrato
Grave	0,7% do valor do Contrato

Tabela 2 – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da empresa ou servidores e usuários do Senado;	Grave	Por ocorrência
2	Causar dano injustificado ao patrimônio cultural;	Grave	Por ocorrência
3	Utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do Contrato;	Grave	Por ocorrência
4	Deixar de indicar e manter durante a execução do Contrato o engenheiro responsável técnico pelos serviços e engenheiro de segurança do trabalho (caso seja necessário conforme legislação).	Grave	Por ocorrência
5	Deixar de apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço.	Leve	Por ocorrência



SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

6	Não apresentar Relatório Diário (RD) ou outros documentos solicitados pela Fiscalização a respeito da execução contratual (cronograma – inclusive de replanejamento –, <i>as built</i> , etc.), no período estabelecido neste edital ou outro estabelecido pela Fiscalização.	Leve	Por ocorrência e por dia
---	---	------	--------------------------

X. Demonstrativo de resultados a serem alcançados

68. A CONTRATADA deverá demonstrar, quando da execução do objeto, o fiel cumprimento das especificações deste Termo de Referência e das normas técnicas relacionadas aos serviços realizados, bem como o perfeito fornecimento e instalação dos materiais.
69. Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

Y. Número sequencial do plano de contratações

70. Esta contratação está prevista no item 20240257 do Plano de Contratações do Senado Federal.

Z. Prazo para fornecimento e início dos serviços

71. A execução contratual deve observar os seguintes prazos, contados sempre em dias corridos:

Tabela 1 - Marcos e prazos estimados

Item	Marco	Prazo (dias corridos)
ETAPA 1		
1	Emissão dos Projetos Executivos de Segurança do Trabalho	Até 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço da Etapa 1. A ordem de Serviço será emitida em até 10 dias após a assinatura do contrato.
ETAPA 2		
2	Execução das intervenções previstas no escopo.	Até 60 (sessenta) dias após a emissão da Ordem de Serviço das Etapa 2. A Ordem de Serviço será emitida em até 60 (sessenta) dias após o término da Etapa 1.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

AA. Garantia contratual

72. Será exigida a garantia contratual para a presente contratação.
73. A garantia deverá ser prestada no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato decorrente deste TR.
74. O referido percentual se justifica com base na gravidade e extensão dos prejuízos a serem eventualmente causados ao Senado em caso de descumprimento contratual.

BB. Reajuste

75. Consideramos que o índice que melhor reflete as atividades previstas no contrato é o IPCA, podendo ser adotado como base para cálculos de reajuste na periodicidade definida na minuta-padrão.

CC. Assinatura dos responsáveis pela elaboração do TR

[assinado eletronicamente]

Joelmo de Andrade Borges
Coordenador da COPROJ em exercício

[assinado eletronicamente]

Nelvio Dal Cortivo
Diretor da Sinfra – Secretaria de Infraestrutura

[assinado eletronicamente]

José Carlos Valério
Gestor do Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

A. Introdução

1. Este anexo define os serviços individuais que compõem o objeto desta contratação e a sua integração neste caso específico. A especificação dos serviços individuais consta das fichas “SF” incorporadas ao final deste anexo, com particularidades relativas ao objeto definidas no corpo do anexo.

2. Todas as especificações contidas nas fichas “SF” devem ser rigorosamente seguidas. As referências comerciais estabelecidas nas fichas de especificação constituem-se apenas como norteadoras do padrão de desempenho dos materiais especificados, podendo ser substituídos por materiais similares nos termos do Acórdão nº 2.300/2007-Plenário.

B. Descrição do Serviço

3. O objeto do presente processo é a contratação de empresa para fornecimento de insumos e prestação de serviços de engenharia visando a melhoria de iluminação natural e artificial do Salão Nobre e do Museu do Senado Federal.

4. Os seguintes serviços individuais compõem o objeto desta contratação:

- 4.1. Emissão dos projetos executivos de Segurança do Trabalho e cronogramas executivos
- 4.2. Fornecimento de insumos e equipamentos
- 4.3. Adaptação das novas luminárias fornecidas ao suporte das luminárias originalmente instaladas no espaço e protegidas como patrimônio histórico nacional.
- 4.4. Execução de instalações.
- 4.5. Remoção e descarte do entulho em caçamba fornecida pela CONTRATADA;
- 4.6. Limpeza final.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Código SINFRA SF-00002	Grande Área Serviços de Apoio	Categoria Serviços Técnicos	Unidade: hh	Composição: Mão-de-Obra
Descrição Mestre de obras			Versão: v02	

Descrição Detalhada:

O(a) mestre de obras tem a função de:

- 1)Coordenar e supervisionar equipes de trabalho multiprofissionais, incluindo oficiais e ajudantes, em função da complexidade de cada caso;
- 2)Controlar padrões produtivos de obras e administrar os cronogramas das mesmas;
- 3)Gerenciar as atribuições determinadas pelos(as) superiores e pela Fiscalização;
- 4)Analisar e discutir com o(a) superior detalhes e instruções técnicas do projeto a ser executado;
- 5)Conferir os materiais de construção e orientar a sua correta aplicação;
- 6)Participar da instalação do canteiro de obras, definindo locais físicos conforme projeto, compor equipes, distribuir tarefas e acompanhar a realização das mesmas;
- 7)Monitorar padrões de qualidade da construção, verificar especificações dos materiais utilizados no canteiro de obras, bem como as condições de armazenagem;
- 8)Ler projetos técnicos de arquitetura, estrutura e instalações prediais;
- 9)Interpretar e aplicar os cronogramas físicos;
- 10)Elaborar cronogramas e relatórios de atividades;
- 11)Verificar as características da obra ou serviço, examinando planta e especificações, como orientação para melhor forma de execução dos trabalhos;
- 12)Comunicar aos superiores e à Fiscalização qualquer anormalidade durante o cumprimento das ordens de serviço;
- 13)Prestar assistência aos fiscais de contratos, incluindo os de obras e serviços de engenharia, em atividades pertinentes à sua área de atuação.
- 14)Zelar pela manutenção, limpeza, conservação, guarda e controle de todo o material, aparelhos, equipamentos e de seu local de trabalho, observando normas de segurança do trabalho; e
- 15)Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
- 16) Conduzir veículo da Contratada, conforme necessidade do serviço

A Contratada deverá manter um Mestre de Obras no Senado Federal, ficando à disposição para dirimir possíveis dúvidas das obras em andamento.

Materiais:

n/a

Serviços:

n/a

Atividades e Responsabilidades:

n/a

Qualificação:





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

A qualificação e experiência mínimas exigidas do(a) Mestre de Obras será:

1. Ensino Fundamental Completo;
2. Experiência Mínima de 6 (seis) meses como Mestre de Obras, comprovada em Carteira de Trabalho;
3. Atestado de saúde e certificado de treinamento em NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados e NR 35 - Trabalho em altura;
4. Carteira Nacional de Habilitação, categoria “B”.

A Contratada deve comprovar o vínculo do(a) Mestre de Obras ao seu quadro de funcionários(as) através de registro em Carteira de Trabalho.

Observações:

n/a

Critérios e Condições:

Critério de medição: As horas trabalhadas do(a) Mestre de Obras serão pagas conforme o avanço no cronograma físico-financeiro da obra no período entre a medição apresentada e a última medição paga. Exemplo: Se, entre as medições, a obra avançou 10% no cronograma físico-financeiro (desconsideradas as horas de Engenheiro(a)/Arquiteto(a) Júnior e de Mestre de Obras), poderão ser pagos 10% do total de horas Contratadas para Mestre de Obras, limitados ao total de horas totais Contratadas.

O total de horas trabalhadas pagas não poderá exceder o total de horas de trabalho Contratadas.

O avanço do cronograma físico-financeiro não constitui garantia de pagamento das horas de Mestre de Obras. Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deve manter esse(a) profissional presente na(s) obra(s) para as quais foi designado(a), desempenhando o trabalho para o qual foi contratado(a).

Unidade de Medição: por hora de serviço.

Detalhe Gráfico:

n/a

Tabela:

n/a

Vida útil: n/a

Referências Normativas:

n/a

Referência Comercial:

n/a

Referência Externa:

n/a





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Código SINFRA SF-00004	Grande Área Serviços de Apoio	Categoria Serviços Técnicos	Unidade: un	Composição: Serviço (Mat + MO)
Descrição Projetos de segurança do trabalho			Versão: v02	

Descrição Detalhada:

Elaboração de projetos e documentações (análise de risco, permissões de trabalho, entre outros) referentes à segurança do trabalho de serviços a serem realizados, quando solicitado pelo Senado Federal, de forma a atender às normas regulamentadoras do trabalho vigentes. Os projetos e documentações poderão, a critério do Senado Federal, incluir mais de uma intervenção, não representando por isso, majoração no valor do serviço.

O serviço será acionado em caso de projetos de segurança do trabalho que envolvam atividades que exijam cuidados especiais não contornáveis, incluindo trabalho em altura e/ou trabalho em espaços confinados.

Diretrizes:

Os projetos de segurança do trabalho deverão dotar o local da execução dos serviços dos equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria Contratada e dos servidores e usuários do Senado Federal, além de especificar os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para cada serviço, atendendo especialmente o disposto nas normas NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI, NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, NR 18 - Condições e meio ambiente e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, NR 35 - Trabalho em altura, sem prejuízo das demais normas regulamentadoras aplicáveis. Como lista exemplificativa, deverão constar, de acordo com o serviço a ser realizado, os seguintes projetos e detalhamentos:

- projetos dos equipamentos temporários para transporte vertical de material;
- projetos de andaimes;
- projeto de linha de vida;
- projeto dos pontos de ancoragem, indicando cada local de instalação;
- projeto de isolamento e sinalização do perímetro da obra;
- projeto de guarda-corpo e fechamento de aberturas em laje;
- detalhamento de uso para as passarelas móveis do telhado (indicação da passarela para o caso específico, locais e orientações de uso).
- especificação dos EPIs a serem utilizados na realização dos serviços;

Na elaboração dos projetos de segurança do trabalho deverá considerar os itens existentes no caderno de especificações.

A apresentação gráfica dos projetos deverá ser desenvolvida em softwares, aplicativos das áreas de engenharia e arquitetura, entregues em meio digital e uma cópia impressa. As folhas serão numeradas, tituladas, datadas, com controle de revisões e identificação do autor do projeto de acordo com o modelo a ser disponibilizado pelo Senado Federal. O tamanho das folhas deve seguir as normas (ABNT NBR 10068 - Folha de desenho – Leiaute e dimensões / ABNT NBR 10582 -





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Apresentação da folha para desenho técnico / ABNT NBR 13142 - Desenho técnico – Dobramento de cópia) e convenções usuais referentes às folhas para representação de desenhos técnicos. As normas em vigor, editadas pela ABNT, adotam a sequência “A” de folhas: A0 (841mm x 1189mm), A1 (594mm x 841mm), A2 (420mm x 594mm), A3 (297mm x 420 mm), A4 (210mm x 297mm) – largura (mm) x altura (mm).

Materiais:

n/a

Serviços:

Além das demais atividades descritas, compete ao(s) profissional(is) de Engenharia de Segurança do Trabalho responsável(is) técnico(s) pelo desenvolvimento dos Projetos de Segurança do Trabalho:

- 1) Acompanhar in loco a implantação dos Projetos de Segurança do Trabalho desenvolvidos;
- 2) Promover as alterações necessárias no Projeto de Segurança do Trabalho, conforme situações encontradas em obra; e
- 3) Dirimir dúvidas, complementar informações técnicas, e auxiliar na implantação das medidas de segurança do trabalho propostas nos Projetos.

A demanda de tais atividades pela Fiscalização não gerará obrigações adicionais para o Senado Federal, com seus custos devendo estar previstos no escopo das atividades dos Projetos de Segurança do Trabalho.

Atividades e Responsabilidades:

n/a

Qualificação:

n/a

Observações:

Condições de acionamento: Este item poderá ser acionado somente nos casos em que a elaboração dos projetos de segurança de trabalho demande mais do que 20 horas de trabalho técnico de Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho, a critério do Senado Federal.

Prazos: A Contratada deverá entregar os documentos e projetos de segurança do trabalho para aprovação da Fiscalização em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço, juntamente com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa aos projetos de segurança do trabalho. Caso a Fiscalização solicite alteração nos documentos, a Contratada deverá fazê-la no prazo de 3 (três) dias úteis.

Critérios e Condições:

Unidade de Medição: por un (documentação de segurança do trabalho aprovada pela Fiscalização).

Detalhe Gráfico:

n/a

Tabela:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

n/a

Vida útil: n/a**Referências Normativas:**

NR 1 - Disposições Gerais

NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI

NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

NR 18 - Condições e meio ambiente e meio ambiente de trabalho na indústria da construção

NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados

NR 35 - Trabalho em altura

ABNT NBR 10068 - Folha de desenho – Leiaute e dimensões

ABNT NBR 10582 - Apresentação da folha para desenho técnico

ABNT NBR 13142 - Desenho técnico – Dobramento de cópia

ABNT NBR 16577:2017 - Espaço Confinado — Prevenção de Acidentes, Procedimentos e Medidas de Proteção

A elaboração de todos os projetos obedecerá rigorosamente às normas Regulamentadoras do MTE, da ABNT, do Governo do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária, da concessionária de energia elétrica local e dos demais órgãos competentes. A substituição na adoção de norma da ABNT por norma internacional somente poderá ser procedida mediante justificativa e após o expresse consentimento da Contratante.

Referência Comercial:

n/a

Referência Externa:

n/a





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Código SINFRA SF-00021	Grande Área Serviços de Apoio	Categoria Serviços Preliminares	Unidade: m	Composição: Serviço (Mat + MO)
Descrição Remoção de cortinas			Versão: v02	

Descrição Detalhada:

Remoção de cortinas para posterior reaproveitamento

Materiais:

n/a

Serviços:

O serviço de retirada de ferragens de porta deve ser feito de tal forma que o acabamento não seja danificado, tornando possível o reaproveitamento futuro.

Retirada de cortinas e acessórios de fixação e acabamento, com recomposição das áreas danificadas (furos e rasgos) na parede.

Todo o material retirado deverá ser transportado para local (dentro do CASF) designado pela Fiscalização, considerando o reaproveitamento das peças.

Caso a Contratada identifique danos no item a ser removido, a Contratada deverá informar sobre os danos imediatamente à Fiscalização, antes do início do serviço.

Danos causados durante a remoção do item serão de responsabilidade da Contratada e os ajustes ou, se for o caso, substituição parcial ou total do item deverão ser arcados pela Contratada.

Atividades e Responsabilidades:

n/a

Qualificação:

n/a

Observações:

n/a

Critérios e Condições:

Unidade de Medição: m (metro linear) de cortina removida, independentemente da altura da mesma.

Detalhe Gráfico:

n/a

Tabela:

n/a





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Vida útil: n/a

Referências Normativas:

n/a

Referência Comercial:

n/a

Referência Externa:

n/a





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Código SINFRA SF-00049	Grande Área Serviços de Apoio	Categoria Segurança do Trabalho	Unidade: m x mês	Composição: Locação
Descrição Andaime tubular (aluguel/mês)			Versão: v04	

Descrição Detalhada:

Locação de andaime tubular tipo torre (aluguel/mês), inclusive peças e acessórios necessários a montagem como sapatas fixas e/ou rodízios, guarda-corpo, barras transversais de travamento, pisos metálicos, painéis de montagem, escadas marinheiro e transporte.

Materiais:

Material em aço.
Estrutura completa do corpo do andaime tubular, incluindo encaixes, postes, diagonais verticais, horizontais, travessas, parafusos, porcas, espigas, encaixes.
Postes principais com comprimento de 1,0 m a 1,50 m e altura de 1,00 m.
Travessas com comprimento útil de 1,0 m entre faces internas dos postes.
Diagonais verticais e horizontais recomendadas pelo fabricante para a montagem de torres com altura de até 12 m e modulação 1,05 x 1,05 m, incluindo todos os encaixes e braçadeiras.
Painel de guarda-corpo com rodapé, deve ter altura de 1,20m para o travessão superior e 0,70m para o travessão intermediário, e o rodapé com altura de 0,20m.
Escada de Acesso compatível com a estrutura de andaime, Incluindo freio e trava, braçadeiras, corrente de segurança, alças e encaixes necessários para fixação à estrutura do andaime.
Piso metálico suficiente para montar uma torre com modulação, com peças em aço ou alumínio, não escorregadias, resistentes à intempérie e fixação por meio de ganchos a serem encaixados nas travessas e travas de segurança que impedem o levantamento acidental.
Fornecimento de conjunto de sapatas fixas ou ajustáveis ou rodízios, compatíveis com andaime tubular fornecido, e de acordo com o projeto de segurança do trabalho e as exigências da NR 18.

Serviços:

Andaime modular para realização de trabalho em altura em até 20 m.
A montagem e desmontagem serão remunerados em um serviço apartado.
Fornecido com memorial de cálculo, projeto e manual de montagem emitido pelo fabricante.
A locação será feita de forma pro rata considerando como base o aluguel mensal.

Atividades e Responsabilidades:

n/a

Qualificação:

n/a

Observações:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

n/a

Critérios e Condições:

Critérios de Medição: Andaimes efetivamente instalados com todos os seus acessórios.

Unidade de Medição: metro linear (m) x mês, referente à locação de 1 metro de altura de andaime montado por mês, de forma pro rata**Detalhe Gráfico:****Tabela:**

n/a

Vida útil: n/a**Referências Normativas:**

ABNT NBR 6494 - Segurança nos andaimes

NR 18 - Condições e meio ambiente e meio ambiente de trabalho na indústria da construção -18.13
- Medidas de proteção contra quedas de altura**Referência Comercial:**

Andaime Tubular - Locsat; ou similar

Referência Externa:



SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-composicoes-aferidas-lote2-instalacoes-hidrossanitarias-eletricas/SINAPI_CT_LOTE2_EQUIPAMENTOS_DE_PROTECAO_COLETIVA_V005.pdf





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Código SINFRA SF-00103	Grande Área Civil	Categoria Revestimentos - Pinturas	Unidade: m ²	Composição: Serviço (Mat + MO)
Descrição Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)			Versão: v01	

Descrição Detalhada:

Pintura com tinta látex acrílica standard, acabamento fosco, para aplicação em superfícies internas de massa corrida e gesso, entre outros, na cor Branco Neve.

Materiais:

Tinta Látex Acrílica Standard para pintura interna, de primeira qualidade, fino acabamento, baixo odor, alto poder de cobertura e secagem rápida (máximo secagem final de 4h). Deve ser isenta de metais pesados. Possuirá acabamento fosco. Não serão aceitas tintas econômicas. Estarão de acordo com a classificação “tipo 4.5.2” da ABNT NBR 11702:2010 Versão Corrigida- 2011 - Tintas para Construção Civil - Tintas para edificações não industriais - Classificação e “Standard” da ABNT NBR 15079:2011 - Tintas para Construção Civil - Especificação dos Requisitos Mínimos de Desempenho de Tintas para Edificações Não Industriais - Tinta Látex nas Cores Claras.

Serviços:

- +Remoção de pintura existente:+ Quando necessário, a remoção da pintura nos casos de recomposição do revestimento deverá ser realizada.
- +Condições do substrato:+ Toda superfície a ser pintada deverá estar curada, limpa, seca, lixada, isenta de partículas soltas, fungos, algas e completamente livre de gordura, ferrugem, laminação, restos de pintura velha, resinas, degradações, pó, brilho, etc. As superfícies com pinturas existentes a receberem nova camada de pintura ou textura não devem estar brilhantes ou muito lisas.
- +Preparação do substrato:+ remover a sujeira, poeira, eflorescência e materiais soltos de modo geral, por escovação, raspagem e/ou lavagem com água potável. Remover a graxa, óleo e outros contaminantes gordurosos, com sabão ou detergente neutros, seguido de lavagem com água potável (não devem ser utilizados solventes orgânicos). Em superfícies com fungos ou bolor, lavar com uma mistura com água sanitária em partes iguais. Aplicar sobre a superfície e deixar agir por 30 minutos. Em seguida enxaguar com água limpa. Se necessário, repita a operação. Aguardar secagem completa antes de iniciar a pintura. As imperfeições rasas deverão ser corrigidas com aplicação de massa acrílica (áreas externas) ou massa corrida (áreas internas). As imperfeições de grandes dimensões e profundidades devem ser reparadas com argamassa de revestimento. Trincas e fissuras devem ser avaliadas e corrigidas. Superfícies com elevada porosidade, alta absorção e/ou baixa resistência mecânica devem ser previamente avaliadas e corrigidas. Em pinturas novas, ou quando for necessário devido a alterações de cores ou condições do substrato, será aplicado fundo selador.
- +Condições de aplicação:+ A pintura deve ser realizada a temperatura entre 10°C e 40°C (dez e





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

quarenta graus centígrados) e umidade relativa do ar não superior a 80% (oitenta por cento). As superfícies externas devem ser pintadas na ausência de ventos fortes e de partículas em suspensão. Os trabalhos de pintura devem ser realizados em ambientes com boa iluminação e ventilação. No caso de a iluminação ser insuficiente, ela pode ser substituída por iluminação artificial incandescente ou fria. Ventilação artificial também pode ser utilizada, desde que moderadamente.

+Preparação do produto:+ A preparação do produto seguirá as informações do fabricante quanto a homogeneização, diluição e outros aspectos. Não serão realizadas misturas entre tipos de produtos, com exceção das especificadas pelos fabricantes e especificadas no presente Caderno. Diferentes marcas comerciais não devem ser misturadas.

+Aplicação do produto:+ A tinta será aplicada em quantas demãos forem necessárias para o perfeito acabamento, sendo, no mínimo, três demãos; A pintura será realizada conforme orientação do fabricante. Aplicar o produto por igual, evitando-se repasses excessivos. Não interromper a aplicação no meio da superfície. Respeitar os intervalos recomendados pelo fabricante entre as demãos. Evitar retoques isolados após a secagem do produto. A aplicação será realizada com rolo de lã de pêlo baixo, conforme orientações do fabricante.

+Precauções:+ Durante a execução do serviço, deixar o ambiente bem ventilado, com portas e janelas abertas, sempre que possível. Todas as superfícies adjacentes à pintura devem ser protegidas. Os móveis e demais elementos devem ser protegidos conforme obrigações da Contratada. Os espelhos e tomadas deverão ser todos removidos antes da execução da pintura, e recolocados após a completa secagem da mesma. O serviço não poderá ser recebido caso haja respingos de tintas no piso, paredes, mobiliários ou quaisquer outros elementos.

Atividades e Responsabilidades:

n/a

Qualificação:

n/a

Observações:

+Padronização almejada+

Tetos - cor branco neve, acabamento fosco

Catálogo de Materiais e Serviços para Reformas de Áreas Parlamentares

Critérios e Condições:

Critérios de Medição: Para o cálculo, será utilizada a área efetiva executada, descontando-se 2,00 m² a todos os vãos com áreas superiores a 2,00 m² (dois metros quadrados). Unidade de Medição: m² (metro quadrado).

No caso de pinturas de elementos vazados, tipo “cobogó”, utilizar o multiplicador indicado na Tabela.

Detalhe Gráfico:





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA



Tabela:

. Elemento. Multiplicador do vão-luz
 Esquadria com vidro (uma face pintada) 1,25
 Esquadria com vidro (duas faces pintadas) 2,5
 Esquadria com veneziana (uma face pintada) 2,5
 Esquadria com veneziana (duas faces pintadas) 5,0
 Grades (duas faces pintadas) 3,0
 Portões com chapas planas (uma face pintada) 1,0
 Portões com chapas planas (duas faces pintada) 2,0
 Elemento vazado (cobogó) (todo o elemento) 4,0
 Armário (pintura interna e externa) - sobre projeção frontal 5,0
 Treliças metálicas (duas faces pintadas) 2,0

Vida útil: n/a

Referências Normativas:

ABNT NBR 13245:2011 - Tintas para construção civil - Execução de pinturas em edificações não industriais - Preparação de superfície
 ABNT NBR 11702:2010 Versão Corrigida- 2011 - Tintas para Construção Civil - Tintas para edificações não industriais - Classificação
 ABNT NBR 12554:2011 - Tintas para edificações não industriais - Terminologia

Referência Comercial:

Suvinil Latex Acrílico Fosco, fabricante: Suvinil; Aquacryl Tinta Acrílica Standard, fabricante: Sherwin Williams; Linha Rende Muito, fabricante: Coral; Eucatex Acrílico Rendimento Extra, fabricante: Eucatex ou similar.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Referência Externa:

n/a





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Código SINFRA SF-00145	Grande Área Civil	Categoria Forros	Unidade: m²	Composição: Serviço (Mat + MO)
Descrição Forro em gesso acartonado monolítico, sem estrutura			Versão: v01	

Descrição Detalhada:

Execução ou recomposição de forro em gesso acartonado, com fornecimento de materiais e mão de obra, compreendendo apenas o fornecimento e instalação das placas de gesso acartonado e todos os elementos necessários para a execução da superfície do forro, como massa e fita para tratamento de juntas, parafusos, cantoneiras etc. Não compreende a estrutura de sustentação com tirantes e guias, o tratamento acústico com lã mineral ou lã de vidro. Serão executados com chapas Standard (ST).

Materiais:

Materiais:
Chapas de Gesso acartonado de 12,5 mm (doze vírgula cinco milímetros), na modalidade Standard (ST) com bordas rebaixadas ou chanfradas;
Massa de Rejunte em pó ou pronta para uso, conforme indicação do fabricante. Fita de papel microperfurado; fita de papel microperfurado com reforço metálico; fita de isolamento (banda acústica).
Parafusos, buchas plásticas e rebites para fixação das placas e dos perfis, conforme orientação do fabricante para cada tipo de uso;

Serviços:

Determinação dos materiais: O forro será executado com os perfis e elementos metálicos indicados no item “materiais” acima. As faces serão confeccionadas com uma chapa, conforme indicado acima.
Instalação: O forro a ser executado deverá seguir o existente (em caso de recomposição ou substituição) ou o indicado em projeto ou detalhe.
Parafusamento das placas: As placas são colocadas perpendicularmente aos perfis, com juntas de topo desencontradas. Parafusar de 0,30 em 0,30m no máximo e a 1cm da borda das placas.
Tratamento das Juntas: Verificar o bom estado da superfície a tratar, assegurando principalmente que as cabeças dos parafusos estejam corretamente niveladas. Todo elemento que possa trazer uma má aderência da massa deve ser eliminado. Será realizado pelo emassamento do rebaixo entre as placas, aplicação de fita microperfurada própria e recobrimento da fita com massa em duas demãos, até que esta camada fique com a aparência de trabalho acabado. As cabeças dos parafusos devem ser emassadas com duas demãos. Em nenhuma hipótese deve-se utilizar gesso em pó ou massa corrida de pintura para a execução das juntas;
Recomposição: Nos casos de recomposição, quando a estrutura de sustentação estiver íntegra e em perfeito estado de conservação, deverá ser realizada apenas a substituição das placas danificadas;

Atividades e Responsabilidades:





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

n/a

Qualificação:

n/a

Observações:

n/a

Critérios e Condições:

Critérios de Medição: área de forro efetivamente executado. Unidade de medição: m² (metro quadrado).

Detalhe Gráfico:

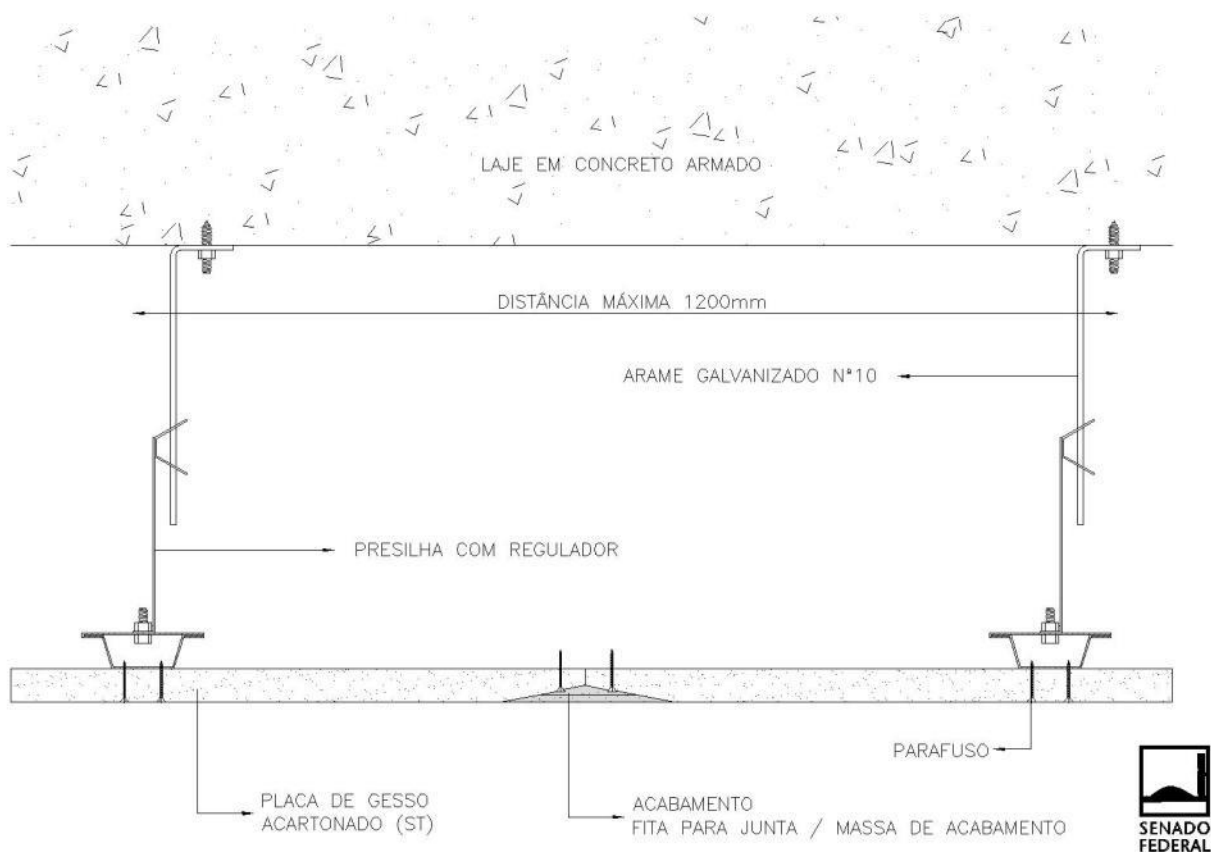


Tabela:

n/a

Vida útil: n/a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Referências Normativas:

ABNT NBR 14715:2010 - Chapas de gesso para drywall

ABNT NBR 15758:2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem

ABNT NBR 15217:2009 - Perfis de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para "drywall" - Requisitos e métodos de ensaio

Referência Comercial:

Placa standard (ST) - 12,5 mm - Placo Saint-Gobain

Massa PR Hydro - Placo Saint-Gobain

Fita de Papel - Placo Saint-Gobain; ou similar

Referência Externa:

n/a





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Código SINFRA SF-03706	Grande Área Marcenaria e Serralheria	Categoria Cortinas	Unidade: m	Composição: Serviço (Mat + MO)
Descrição Blecaute sem varão (Modelo Salão Nobre)			Versão: v01	

Descrição Detalhada:

Fornecimento e instalação blecaute com ilhós, para instalação em varão existente, para uso como elemento de controle de iluminação solar direta em área de permanência prolongada. Para uso exclusivo no Salão Nobre do Edifício Principal do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, que tem pé direito de 5,2m e precisa de maior folga de tecido do que o usual, para sua adequada movimentação. Compreende o fornecimento de todos os materiais e mão de obra necessários à execução do serviço, inclusive, mas não somente, o tecido tipo blecaute e os ilhoses.

Materiais:

- 1. Blecaute (blackout); composição: 100% poliéster; textura de tecido liso, sem relevos; cor marfim;
- 2. Ilhoses plásticos redondos de 50mm com acabamento preto.

Serviços:

Fornecimento e instalação de blecaute com as especificações definidas nos título “Materiais” e “Observações”.

Atividades e Responsabilidades:

n/a

Qualificação:

n/a

Observações:

- 1. Em cada trecho a ser instalado, a largura total do tecido deve corresponder a 150% da largura do trecho, para viabilizar a adequada movimentação da peça;
- 2. Pé direito aproximado: 5,2m. Conferir medida in loco;
- 3. Arremates: prega reta; barra com 1cm acima do piso.

Critérios e Condições:





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Critérios de Medição: comprimento linear do vão total a ser coberto pela cortina, medido em metros lineares. Observar que a maior largura do tecido deve ser contemplada na composição do material.

Detalhe Gráfico:





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA



Telefone: +55 (61) 3505-1415 | sinfra@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Tabela:

n/a

Vida útil: n/a**Referências Normativas:**

n/a

Referência Comercial:

Tecido blecaute Corttex marfim 100% poliéster 2,8m de largura

Referência Externa:<https://www.viivatex.com.br/tecido-blecaute-blackout-em-tecido-marfim-280-metros-de-largura>



SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Código SINFRA SF-04583	Grande Área Elétrica	Categoria Iluminação - Luminárias	Unidade: un	Composição: Serviço (Mat + MO)
Descrição Luminária LED Highbay 60W - fornecimento e instalação			Versão: v01	

Descrição Detalhada:

Fornecimento de luminária LED tipo highbay com potência de 60W.

Materiais:

Luminária LED, com as seguintes características mínimas:
Tipo highbay, própria para locais com pé direito elevado;
Grau de proteção IP65 / IK06;
Fornecido com driver externo ou embutido no equipamento;
Potência de 60W;
Fluxo luminoso de 6000 lumens;
Temperatura de cor conforme a aplicação (padrão: 4000 K);
Alimentação em 220 V;
Fator de potência acima de 0,9;
Com proteção contra surtos;
Vida útil de 30.000 horas;
Índice de reprodução de cores (IRC) maior ou igual a 80;
Fornecido com todos os acessórios necessários para montagem e instalação.

Serviços:

O fornecimento das luminárias deverá ser completo, ou seja, deverá contemplar todos os acessórios para a instalação. Faz parte do escopo da contratada a adaptação da luminária na luminária atualmente instalada no local em razão do tombamento.
Deverão ser previstas bordas e acessórios para fixação em forros especiais.
Para alimentação elétrica, as luminárias deverão possuir cabos 3x2,5 mm2 com plugue macho e fêmea 2P+T (três pinos) de 10A.
O item contempla a montagem da luminária, a fixação no forro, as conexões elétricas internas e externas (incluindo a conexão de aterramento da carcaça na luminária e no reator) e o teste de funcionamento.

Atividades e Responsabilidades:

n/a

Qualificação:

n/a

Observações:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

n/a

Critérios e Condições:

Critérios de Medição: unidade fornecida. Unidade de Medição: unidade

Detalhe Gráfico:

n/a

Tabela:

n/a

Vida útil: n/a**Referências Normativas:**

ABNT NBR 5410:2008 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão

Referência Comercial:

Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 60W/4000K 220V (7016710)

Referência Externa:

n/a





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Código SINFRA SF-04584	Grande Área Elétrica	Categoria Iluminação - Luminárias	Unidade: un	Composição: Serviço (Mat + MO)
Descrição Luminária LED Highbay 80W - fornecimento e instalação			Versão: v01	

Descrição Detalhada:

Fornecimento de luminária LED tipo highbay com potência de 80W.

Materiais:

Luminária LED, com as seguintes características mínimas:

Tipo highbay, própria para locais com pé direito elevado;

Grau de proteção IP65 / IK06;

Fornecido com driver externo ou embutido no equipamento;

Potência de 80W;

Fluxo luminoso de 8000 lumens;

Temperatura de cor conforme a aplicação (padrão: 4000 K);

Alimentação em 220 V;

Fator de potência acima de 0,9;

Com proteção contra surtos;

Vida útil de 30.000 horas;

Índice de reprodução de cores (IRC) maior ou igual a 80;

Fornecido com todos os acessórios necessários para montagem e instalação.

Serviços:

O fornecimento das luminárias deverá ser completo, ou seja, deverá contemplar todos os acessórios para a instalação. Faz parte do escopo da contratada a adaptação da luminária na luminária atualmente instalada no local em razão do tombamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA

Deverão ser previstas bordas e acessórios para fixação em forros especiais.

Para alimentação elétrica, as luminárias deverão possuir cabos 3x2,5 mm² com plugue macho e fêmea 2P+T (três pinos) de 10A.

O item contempla a montagem da luminária, a fixação no forro, as conexões elétricas internas e externas (incluindo a conexão de aterramento da carcaça na luminária e no reator) e o teste de funcionamento.

Atividades e Responsabilidades:

n/a

Qualificação:

n/a

Observações:

n/a

Critérios e Condições:

Critérios de Medição: unidade fornecida. Unidade de Medição: unidade

Detalhe Gráfico:

n/a

Tabela:

n/a

Vida útil: n/a

Referências Normativas:

ABNT NBR 5410:2008 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão

Referência Comercial:

Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 80W/4000K 220V (7016712)

Referência Externa:

n/a





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

ANEXO B

PLANILHA DE QUANTITATIVOS

Senado Federal | Via N2 | Bloco 14, Térreo | CEP 70165-900 | Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-1415 | sinfra@senado.gov.br





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

A. Proposta comercial e critério de aceitabilidade dos preços

1. No momento de apresentação da documentação de habilitação, as licitantes devem apresentar a proposta comercial, indicando o valor de cada item previsto na planilha orçamentária do Edital. A proposta deve estar acompanhada das planilhas de composição de custos e de composição analítica do BDI.
2. A proposta comercial deverá indicar o valor unitário, quantidade e valor total, conforme planilha orçamentária prevista no Edital, bem como eventuais informações complementares como o índice de BDI. A proposta comercial também deve seguir o regramento específico de licitações.
3. A licitante vencedora também deverá apresentar a composição analítica do BDI, conforme acórdão Plenário 2369/2011, TC 025.990/2008-2 (TCU) e Ato do Primeiro Secretário nº 2 de 2016 do Senado Federal (fórmula abaixo). Ressalta-se que a licitante deverá apresentar a composição para todos os índices de BDI adotados, incluindo o BDI reduzido para mero fornecimento.

$$BDI = [(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L) / ((1 - I) - 1)] \times 100$$

Onde:

AC é a taxa de rateio da Administração Central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em Edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

4. Não se admitirá que o custo unitário individual de cada item da proposta seja superior ao custo unitário individual de cada item da planilha orçamentária indicada no Anexo B – Planilha de Composição de Custo – Custo total.
5. Itens com valor muito discrepante em relação ao valor pesquisado pelo Senado Federal ou índices de BDI adotados acima do utilizado pelo Senado Federal deverão ser justificados.
6. Em que pese constar do sistema Comprasnet unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital.

B. Planilha de quantitativos

Cód. SINFRA	Descrição	Unidade	Quantidade
SF-00002	Mestre de obras	hh	100,00
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho	unidade	1,00
SF-00021	Remoção de cortinas	m	33,00
SF-04583	Luminária LED Highbay 60W	unidade	3,00
SF-04584	Luminária LED Highbay 80W	unidade	17,00
SF-00145	Forro em gesso acartonado monolítico, sem estrutura	m²	0,72
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)	m²	306,00
SF-03706	Instalação de novos blackouts	m	33,00



SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

SF-00049	Andaime tubular (aluguel/mês)	m x mês	9,00
----------	-------------------------------	---------	------

NOTA: Em que pese constar do sistema Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

Anexo C

Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

A. Introdução

1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá observar as Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde detalhadas a seguir.
2. Este anexo detalha os deveres e as responsabilidades da Contratada, sem, contudo, esgotar a matéria. Para isso, repassa as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente que devem ser cumpridas com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do Senado Federal e da Contratada, além de promover a preservação do Meio Ambiente e a aptidão ao trabalho dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços ora contratados.
3. Além das exigências contidas neste anexo, a Contratada deve atender os requisitos dos Aspectos de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito distrital e federal.

B. Responsabilidade Técnica

4. As ações de segurança do trabalho (projeto e execução) deverão estar vinculadas a uma ou mais ARTs registradas no CREA ou CAU, devendo permanecer vigentes durante a duração do contrato.
5. No campo “Atividades Desempenhadas”, a ART deverá indicar expressamente “projeto e execução de todas as ações de segurança do trabalho relacionadas ao Contrato XXXX, durante toda a sua vigência, celebrado entre a [nome da empresa contratada] e o Senado Federal”.
6. A Contratada poderá contratar um ou mais profissionais para o “projeto” e outro ou outros para acompanhar a “execução”, contanto que as ARTs, conjuntamente, abranjam as atividades exigidas acima, “projeto e execução”.
7. Todo estudo, planta ou relatório relacionado à segurança do trabalho deverá indicar o nome do profissional responsável pela sua elaboração e o número da ART a que esse estudo, planta ou relatório estará vinculado.

C. Proteção coletiva e individual

8. Prioritariamente, a Contratada deverá projetar e adotar medidas de proteção coletiva capazes, nesta ordem, de eliminar ou reduzir os riscos à saúde e à incolumidade física dos seus





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

trabalhadores e de seus subcontratados. Quando as medidas de proteção coletiva se mostrarem tecnicamente inviáveis ou insuficientes para eliminar os riscos, a Contratada adotará outras medidas, obedecendo-se à seguinte hierarquia:

- 8.1. medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;
 - 8.2. utilização de equipamento de proteção individual (EPI).
9. Os EPIs devem ser adequados ao risco e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento. O uso é obrigatório nas condições indicadas no item 6.3 da NR-6, a saber:
- 9.1. sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
 - 9.2. enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
 - 9.3. para atender a situações de emergência.
10. A seleção e especificação técnica final e exaustiva das proteções coletivas e individuais faz parte das atribuições da Contratada, valendo-se do seu Projetista de Segurança do Trabalho.
11. Além disso, o projetista da Contratada deverá prescrever outras medidas de proteção coletiva e EPIs apurados durante a realização dos projetos de segurança do trabalho. As novas medidas e novos EPIs indicados nos projetos de segurança, embora também de fornecimento obrigatório pela Contratada, não estarão sujeitos a reembolso por parte do Senado Federal.
12. Existe presunção legítima do Senado Federal de que as empresas licitantes possuam experiência prévia na realização das atividades objeto da contratação, com plena observância das normas de segurança do trabalho. Portanto, têm plena consciência e competência para estimar os custos diretos e indiretos, permanentes e eventuais desse tipo de atividade no momento da apresentação dos lances e da proposta comercial final da licitante vencedora.
13. A Contratada não apenas empregará os equipamentos e medidas de proteção coletiva, mas também fornecerá aos seus funcionários e subcontratados todos os EPIs especificados pelo seu Projetista de Segurança do Trabalho, bem como os porventura exigidos por regramento oficial, federal ou local. Cumprirá, no que couber, as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 1 – Disposições Gerais; NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 35 – Trabalho em Altura.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

14. A Contratada deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
15. A Contratada deverá acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPI e EPC, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância.
16. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à Contratada corrigir tal não conformidade imediatamente ou retirar o empregado da exposição aos agentes agressivos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.
17. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
18. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
19. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.
20. Caberá à Contratada comunicar à Fiscalização e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.
21. O Senado Federal realizará inspeções periódicas nos locais de execução dos serviços, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.
22. A Contratada deverá indicar e manter durante a execução do Contrato Responsáveis Técnicos pelos serviços.



SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

D. Projeto de Segurança

23. Antes do início efetivo das atividades de campo, a Contratada deverá elaborar um projeto de segurança que contemple as ações voltadas à segurança do trabalho durante o contrato.
24. O projeto deverá trazer pelo menos um capítulo para cada um dos seguintes pontos:
- 24.1. Sinalização;
 - 24.2. Trabalho em altura;
 - 24.3. Eletricidade;
 - 24.4. Solda;
 - 24.5. Movimentação de Cargas.

D.1 Sinalização

25. O projetista deverá detalhar todos os dispositivos de sinalização e isolamento das regiões onde serão realizados os serviços.
26. A sinalização deverá ser compatível com o risco de cada área, indicando o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
27. Caso necessário, deverá prever, detalhar, executar e manter o isolamento das áreas de risco.
28. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
29. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

D.2 Trabalho em altura

30. Deverão ser tomadas as medidas de proteção para trabalhos em altura, nos termos da norma NR 35 – Trabalho em altura.
31. O capítulo que tratar de trabalho em altura deverá considerar, em especial, os 13 pontos da análise de risco detalhados no item **35.4.5.1** da NR-35.
- 31.1. O local em que os serviços serão executados e seu entorno;
 - 31.2. O isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho;
 - 31.3. O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem;





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

- 31.4. As condições meteorológicas adversas;
 - 31.5. A seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;
 - 31.6. O risco de queda de materiais e ferramentas;
 - 31.7. Os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;
 - 31.8. O atendimento a requisitos de segurança e saúde contidos nas demais normas regulamentadoras;
 - 31.9. Os riscos adicionais ao risco do trabalho em altura, como riscos mecânicos, elétricos, contaminação, soterramento, etc.;
 - 31.10. As condições impeditivas, ou seja, situações que impedem a realização ou continuidade do serviço que possam colocar em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador;
 - 31.11. As situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador;
 - 31.12. A necessidade de sistema de comunicação; e
 - 31.13. A forma de supervisão.
32. Caberá à Contratada garantir a implementação de todas as medidas determinadas pela norma NR 35, compreendendo, dentre outros, os seguintes procedimentos previstos:
- 32.1. Elaborar, emitir e encaminhar à Fiscalização as Análises de Risco – AR e Permissões de Trabalho – PT nas situações previstas na norma NR 35;
 - 32.2. Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e medidas complementares de segurança aplicáveis. A avaliação prévia deve ser realizada no local do serviço pelo trabalhador ou equipe de trabalho, considerando as boas práticas de segurança e saúde no trabalho;
 - 32.3. Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na norma NR 35 pelas empresas contratadas, nos casos de subcontratação permitidos;
 - 32.4. Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;
 - 32.5. Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na norma NR 35;





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

- 32.6. Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível, dando ciência imediata à Fiscalização;
 - 32.7. Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
 - 32.8. Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela Análise de Riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;
 - 32.9. Assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na norma NR 35;
 - 32.10. Tomar todas as medidas para que seus empregados cumpram as disposições legais e regulamentares sobre trabalho em altura, inclusive os procedimentos expedidos pela Contratada;
 - 32.11. Orientar seus empregados a interromper suas atividades exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis para o prosseguimento dos serviços de forma segura e dará ciência imediata à Fiscalização;
 - 32.12. Assegurar que seus empregados zelem por sua segurança e saúde e a de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho;
 - 32.13. Dispor de equipe capacitada e treinada para trabalhos em altura, conforme item 35.3 da norma NR 35, de forma a garantir que todo trabalho em altura será planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado; e
 - 32.14. Avaliar o estado de saúde dos seus empregados que exercem atividades em altura, garantindo o previsto no item 35.4.1 da norma NR 35, mantendo cadastro atualizado que permita conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador para trabalho em altura. Tal cadastro poderá ser solicitado pela Fiscalização para averiguação.
33. No planejamento do trabalho em altura, devem ser adotadas as seguintes medidas pela Contratada, de acordo com a hierarquia abaixo, conforme item 35.4.2 da norma NR 35:
- 33.1. Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução. Adotar um meio alternativo de execução sem expor o trabalhador ao risco de queda é a melhor alternativa; e
 - 33.2. Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

D.2.1 Andaimés

34. Os andaimes serão montados sempre que for necessário executar trabalhos em lugares elevados, onde eles não possam ser realizados com segurança a partir do piso da edificação e cujo tempo de duração, tipo de atividade ou normas de segurança não permitam o uso de escadas.
35. O planejamento e a montagem de qualquer tipo de andaimes seguirão estritamente as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-1, NR-18 e NR-35.
36. Serão tomadas precauções especiais quando da montagem ou movimentação de andaimes próximos a redes de energia elétrica. Os andaimes não serão sobrecarregados além do limite previsto, mantendo-se a carga de trabalho distribuída no estrado, de maneira uniforme, sem obstruir a circulação de pessoas.
37. Não será permitido o acúmulo de fragmentos, ferramentas ou quaisquer materiais sobre os andaimes, de maneira a oferecerem perigo ou risco aos trabalhadores ou pessoas estranhas ao serviço, ou risco de dano ao patrimônio do Senado Federal ou de terceiros.
38. Não será permitido sobre os estrados dos andaimes a utilização de escadas ou outros meios para atingir lugares mais altos.
39. Não será permitido o trabalho em andaimes externos, de qualquer tipo, quando da ocorrência de ventos fortes.

D.3 Segurança em instalações elétricas

40. Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo II da norma NR 10. Além disso, deverão utilizar EPI adequado à execução de tarefas em áreas com instalações elétricas, seguindo fielmente as orientações incluídas no Projeto de Segurança do Trabalho.

D.4 Solda

41. No capítulo sobre o serviço de solda, o projeto de segurança deverá cobrir pelo menos os seguintes pontos:
- 41.1. Detalhamento do serviço de solda, os locais onde serão realizados e equipamentos utilizados (máquinas, maçaricos, metais de fluxo e de preenchimento);
 - 41.2. Caracterização dos fumos produzidos;
 - 41.3. Detalhamento dos equipamentos de proteção respiratória, individuais e coletivos, a serem utilizados pela equipe;
 - 41.4. Medidas para contenção e eliminação de resíduos de dentro do datacenter;





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura

- 41.5. Prevenção e combate a incêndio durante a solda, dentro e fora do datacenter, incluindo medidas complementares às existentes no datacenter.

D.5 Movimentação de cargas

42. No capítulo sobre movimentação de cargas, o projeto de segurança deverá cobrir pelo menos os seguintes pontos:
- 42.1. Detalhamento das principais operações de movimentação de cargas pesadas (ou seja, que exijam o uso de equipamentos como caminhões Munck, paleteiras, etc.), indicando inclusive a carga a ser movimentada e os equipamentos a serem utilizados;
 - 42.2. Detalhamento das medidas de proteção coletivas a serem adotadas durante os procedimentos;
 - 42.3. Detalhamento das medidas de proteção individuais a serem adotadas durante os procedimentos.
 - 42.4. Observação: os detalhes específicos sobre a movimentação da carga como pontos de içamento, reforços em piso, etc. serão tratados no projeto específicos de *rigging* e movimentação de carga.

E. Do manejo de equipamentos, materiais e resíduos

43. Todos os resíduos, incluindo lubrificantes e gases refrigerantes, e os materiais inservíveis provenientes dos serviços de substituição, instalação e manutenção ora especificados serão descartados pela Contratada conforme a legislação ambiental Distrital e Federal. O descarte deverá ser detalhado formalmente à Fiscalização com antecedência.
44. Correrá por conta da Contratada o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.
45. A Contratada será responsável pelo descumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho por parte de seus empregados nas atividades realizadas nas dependências do Senado.
46. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação vigente.
47. Os casos especiais serão resolvidos pela Fiscalização.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

ANEXO D

DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO, COMUNICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

A PLANEJAMENTO

1. No âmbito desse Edital, são considerados documentos de Planejamento físico-financeiro: Cronograma Executivo Físico-Financeiro e Histograma da intervenção. Esses documentos deverão ser elaborados pela Contratada.
2. A execução dos serviços previstos em Edital, bem como as atividades relacionadas à Fiscalização e à gestão da execução contratual deverão ser precedidas das Diretrizes de Planejamento abaixo detalhadas:
 - 2.1. Deverá ser apresentado o cronograma de barras (diagrama de Gantt), identificando o caminho crítico, de modo a: estabelecer a sequência lógica de execução das atividades; indicar as interdependências entre as atividades, suas interfaces e o caminho crítico; servir de base ao cumprimento dos prazos contratuais; estudar as alternativas para a condução das atividades (simulações) e emitir relatórios das simulações sempre que solicitado pela Fiscalização.
 - 2.2. O planejamento e controle das atividades pela contratada deverão ser compatíveis com os prazos estabelecidos no contrato;
 - 2.3. A contratada deve utilizar software compatível com o “MSPROJECT” para elaboração e acompanhamento do cronograma detalhado dos serviços, de acordo com orientação da Fiscalização. Durante o andamento dos serviços, a contratada conjuntamente com a fiscalização avaliará, semanalmente, o planejamento existente e, se necessário, procederá às devidas revisões;
 - 2.4. A contratada deverá elaborar e submeter à aprovação da fiscalização programação diária das atividades com antecedência mínima de uma semana da execução, especificando: a duração de cada atividade; o local de execução e necessidades de interrupção na energia elétrica. Qualquer modificação dessa programação deverá ser aprovada pela Fiscalização. A programação física diária deve estar em consonância com o cronograma físico;
 - 2.5. Deverá ser entregue mensalmente à Fiscalização relatório completo das atividades contendo, no mínimo, as seguintes informações: histórico de todas as fases da





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

execução até o momento e relatório fotográfico dos principais eventos e atividades do contrato.

3. A Fiscalização poderá solicitar reuniões com a Contratada para discussão do planejamento da intervenção.
4. A Contratada deverá executar os serviços/atividades conforme sequência, prazos e recursos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro.
5. A Fiscalização poderá solicitar a formalização de prazos e datas específicas de fornecimento de equipamentos, materiais e serviços subcontratados pela Contratada.
6. A Fiscalização poderá incorporar ao Cronograma Físico-Financeiro eventuais ocorrências que afetem o regular funcionamento das atividades do Senado Federal (extensão e compressão no prazo de atividades; previsão de suspensão de atividades, por exemplo).
7. O Índice de Realização Física do Contrato – IRF é definido como a relação entre o percentual realizado acumulado de execução e o percentual planejado acumulado de execução da intervenção: (%) Realizado Acumulado / (%) Planejado Acumulado.
8. A revisão dos documentos de planejamento inicialmente aprovados poderá ser autorizada pela Fiscalização nos seguintes casos:
 - 8.1. Abono de prazo concedidos pelo Senado Federal;
 - 8.2. Índice de Realização Física do Contrato – IRF abaixo de 65%; ou
 - 8.3. Outra razão julgada relevante pela Fiscalização.
9. O replanejamento que não tenha sido motivado por abono de prazo concedido pelo Senado Federal, inclusive aquele com base no IRF (abaixo de 65%), não poderá alterar a data de término da intervenção estabelecida em contrato.

B COMUNICAÇÃO

10. Toda comunicação técnica da Contratada ao Senado Federal, relacionada à intervenção, deverá ser destinada à Fiscalização por meio dos documentos estabelecidos nesse edital.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

11. A Contratada deverá formalizar toda comunicação relacionada à intervenção em Relatório Diário (RD) e encaminhado ao endereço eletrônico (e-mail) indicado pela Fiscalização conforme MODELO 1, abaixo.
12. A Fiscalização poderá formalizar as comunicações e decisões de reuniões técnicas em atas elaboradas e encaminhadas por meio eletrônico.
13. Assuntos diversos que requeiram ação mais célere e urgente da Fiscalização deverão ser imediatamente comunicados através de contato telefônico ou verbal e, posteriormente, formalizados através de correio eletrônico e/ou documentos próprios previstos nesse edital.
14. Compete apenas à Fiscalização decidir sobre a paralização de serviços, bem como aprovar o respectivo registro da paralização e do seu eventual impacto no RDO.
15. Desde de o início do contrato, a Contratada deverá disponibilizar no local da intervenção, em formato especificado pela Fiscalização, os seguintes documentos, impressos em papel, e em lugar de fácil acesso:
 - 15.1. Cronograma Físico-Financeiro;
 - 15.2. Projetos (Arquitetônico e de Instalações);
 - 15.3. Anotação de Responsabilidade Técnica da execução;

C FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

16. A Fiscalização poderá solicitar reuniões periódicas à Contratada para acompanhamento da evolução dos serviços, bem como discutir questões técnicas de qualidade e gestão.
17. Qualquer necessidade de alteração no projeto (inclusive com a inclusão de novos serviços) durante a execução da intervenção deverá ser formalizada pelo proponente da alteração (Contratada, Fiscalização, ou Demandante) por meio de formulário específico de solicitação de mudança de projeto, conforme MODELO 2, contendo também;
 - 17.1. Identificação de eventuais impactos em prazos e custos; e
 - 17.2. Identificação dos riscos e oportunidades que possam impactar no sucesso da intervenção.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

18. O Formulário de Solicitação de Mudança (MODELO 2) deve ser aprovado pela Fiscalização, e a efetivação das modificações propostas estarão condicionadas à celebração de Termo contratual para eventuais serviços adicionais necessários.
19. As medições serão formalizadas através de um Boletim de Medição específico para cada intervenção. O modelo orientativo será disponibilizado pela fiscalização.
20. Compete à Fiscalização do Senado Federal, entre outras atividades:
 - 20.1. Sanar dúvidas e questionamentos acerca de especificações técnicas e composição dos serviços, quando pertinentes.
 - 20.2. Gerenciar a atuação integrada da Contratada com outras empresas e serviços prestados no âmbito de outros contratos e órgãos do Senado Federal.
 - 20.3. Realizar a interlocução com terceiros impactados pela intervenção.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

D MODELO 1 - RDO

		RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS (RDO)											
RDO Nº: 2		segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018											
DADOS DA OBRA E INFORMAÇÕES CONTRATUAIS													
Objeto do Contrato: Execução de manutenção de revestimentos de mármore nas fachadas do Edifício Principal e Anexo 01 do SENADO													
PROCESSO Nº: 00200.005231/2014-67				CONTRATO Nº: 03/2018				PENº: 135/2017		011/2018			
DATA DE INICIO DA OBRA: 19/02/2017				DATA DE TÉRMINO: 19/06/2017				TÉRMINO REPROG.:					
PRAZO DIAS: 120				DIAS DECORRIDOS: 0				DIAS FALTANTES: 120					
DISCIPLINA () Mecânica () Elétrica (x) Civil (x) Outros: ADEQUAÇÃO E REFORMA													
QUANTIDADE DO EFETIVO													
Função		M.O - DIRETA		M.O - INDIRETA		TOTAL		EQUIPAMENTOS				Quantidade	
		Prog.	Real	Prog.	Real	Prog.	Real					Prog.	Real
Engenheiro Civil						0	0						
Auxiliar de Escritório						0	0						
Mestre de Obra						0	0						
Eletricista						0	0						
Encarregado						0	0						
Encanador						0	0						
Ajudante						0	0						
Pedreiro						0	0						
Carpinteiro						0	0						
Armador						0	0						
Serralheiro						0	0						
TOTAL Funcionários		0	0	0	0	0	0	TOTAL				0	0
ITENS	ATIVIDADES DIÁRIAS DETALHADAS							STATUS					
								INICIADO	EXISTENTE	CONCLUÍDO	PARALIZADO		
OBSERVAÇÕES CONTRATADA													
OBSERVAÇÕES FISCALIZAÇÃO													
Condições do Tempo				Representante da Contratada					Representante da Contratante				
PERÍODO	BOM	CHUVOSO	HORAS										
MANHÃ	X		1:00										
TARDE	X		1:00										
NOITE	X		1:00										
TOTAL DE HORAS			3:00										





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

E MODELO 2 – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA				
Nome do Projeto:		Mudança número:		
Requisitada por (com assinatura):		Data da solicitação:		
Impacto na Etapa:	Alto	Médio	Baixo	
Descrição da mudança				
Motivação da mudança				
Descrição do Impacto				
Escopo (incluir ID PFF)				
Custo				
Tempo				
Risco				
Satisfação do Cliente				
Qualidade				
(Outros)				
APROVADA:		REJEITADA:		
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		
JUSTIFICATIVA EM CASO DE REJEIÇÃO:				
Assinaturas dos Responsáveis				
Assinatura gerente de projeto		Assinatura fiscalização do projeto		
Data		Data		
(outras assinaturas, conforme o caso)				





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

F DEFINIÇÕES

Anomalias: irregularidades, anormalidades, classificadas como: a) endógenas (deficiências construtivas e projetos); b) exógenas (origem em ações de terceiros, alheios à edificação); c) naturais (origens em ações da natureza não previstas e extraordinárias); d) funcionais (origem relacionada ao término da vida útil determinada em projeto, consideradas as manutenções realizadas).

Caderno de Encargos e Especificações: Conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo contratante para contratação, execução, fiscalização e controle de serviços e/ou obras, atendidas as normas brasileiras¹.

Componente: Produto constituído por materiais definidos e processados em conformidade com princípios e técnicas específicos da Engenharia e da Arquitetura para, ao integrar elementos ou instalações prediais da edificação, desempenhar funções específicas em níveis adequados².

Desempenho: Capacidade de atendimento das necessidades dos usuários da edificação³.

Especificações Técnicas: Descrição qualitativa e quantitativa de materiais, componentes, equipamentos e técnicas a serem empregados na realização de um serviço ou obra⁴.

Equipamento de Proteção Individual (EPI): todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho⁵.

Medição: Apuração dos quantitativos e valores realizados, dos serviços ou obras, sendo a medição parcial aquela relativa a partes concluídas do serviço ou obra e a final efetuada após a conclusão, destinada a retificar ou ratificar as medições provisórias ou parciais⁶.

Necessidades dos Usuários: Exigências de segurança, saúde, conforto, adequação ao uso e economia cujo atendimento é condição para realização das atividades previstas no projeto⁷.

Obra de Engenharia e Arquitetura: Trabalho segundo as determinações do projeto e as normas adequadas, destinado a modificar, adaptar, recuperar ou criar um “bem” ou que tenha como resultado qualquer transformação, preservação ou recuperação do ambiente natural⁸.

¹ ABNT NBR 5670:1977. Seleção e Contratação de Serviços e Obras de Engenharia e Arquitetura de Natureza Privada, p. 2.

² ABNT NBR 14.037:1998. Manual de operação, uso e manutenção das edificações - Conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação.

³ ABNT NBR 5.674:1999 – Manutenção de Edificações – Procedimento.

⁴ ABNT NBR 14.037:1998.

⁵ MTE NR 6, item 6.1.

⁶ ABNT NBR 6.670:1977, p. 6.

⁷ ABNT NBR 5.674:1999.

⁸ ABNT NBR 5.670:1977, p. 6





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

Projeto: Descrição gráfica e escrita das características de um serviço ou obra de Engenharia ou de Arquitetura, definindo seus atributos técnicos, econômicos, financeiros e legais.⁹

Uso: Atividades normais projetadas para serem realizadas pelos usuários dentro das condições ambientais adequadas criadas pela edificação.¹⁰

Usuário: Pessoa física ou jurídica, ocupante permanente ou não permanente da edificação.¹¹

Vida Útil: Intervalo de tempo ao longo do qual a edificação e suas partes constituintes atendem aos requisitos funcionais para os quais foram projetadas, obedecidos os planos de operação, uso e manutenção previstos.¹²

⁹ ABNT NBR 14.037:1998.

¹⁰ ABNT NBR 14.037:1998.

¹¹ ABNT NBR 14.037:1998.

¹² ABNT NBR 14.037:1998.

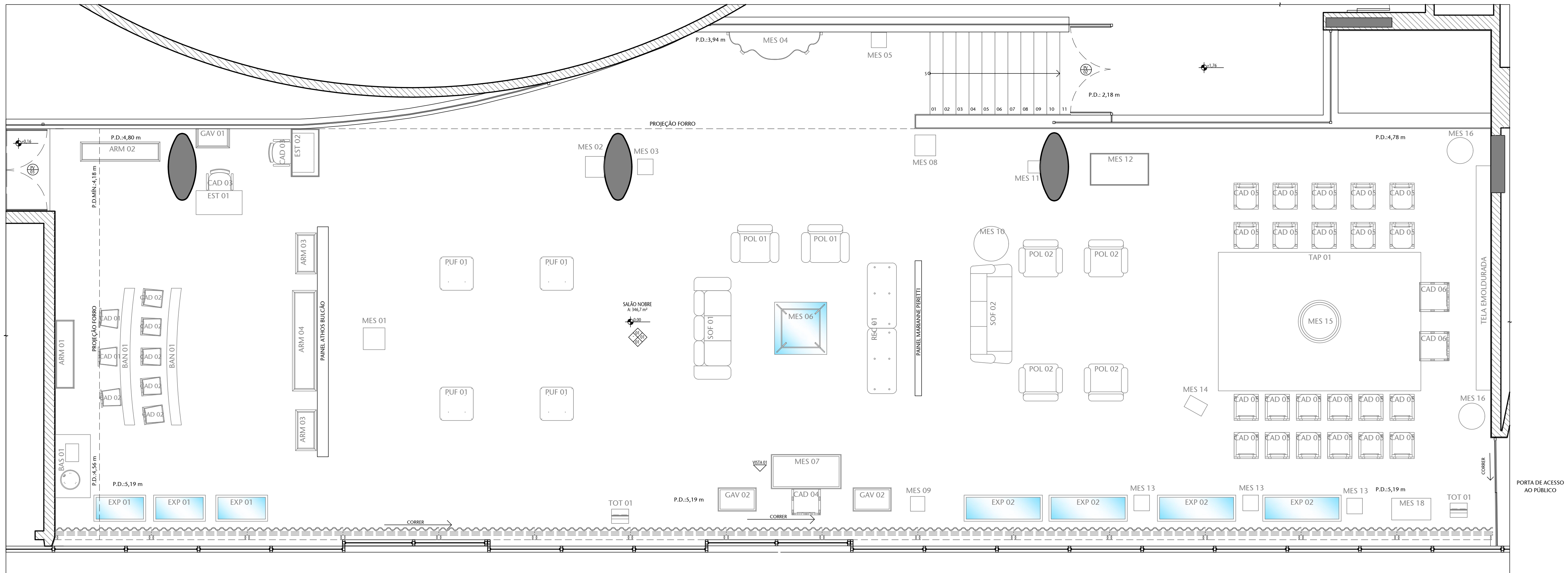


ANEXO E

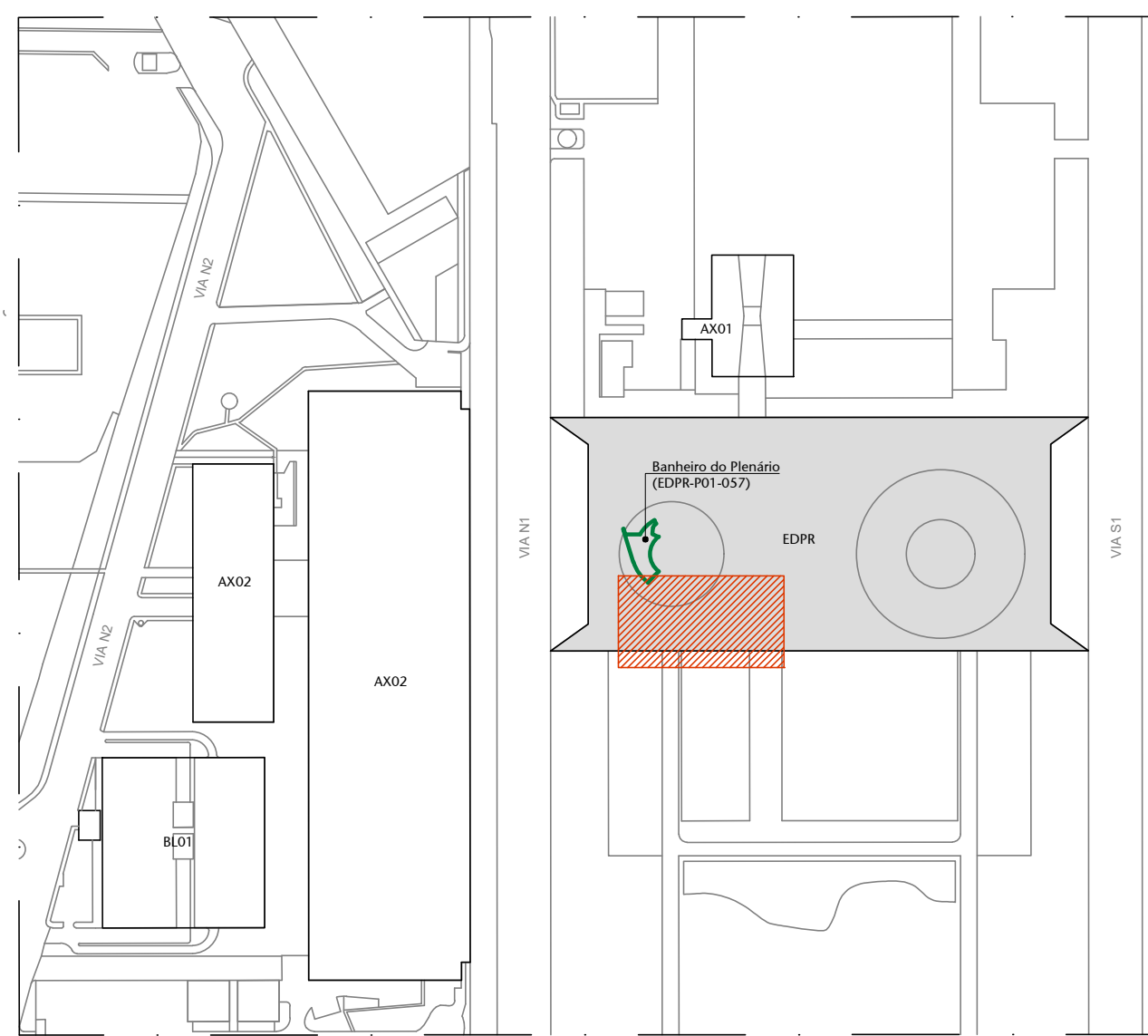
PRANCHAS GRÁFICAS E FOTOS

Pranchas gráficas e fotos - E





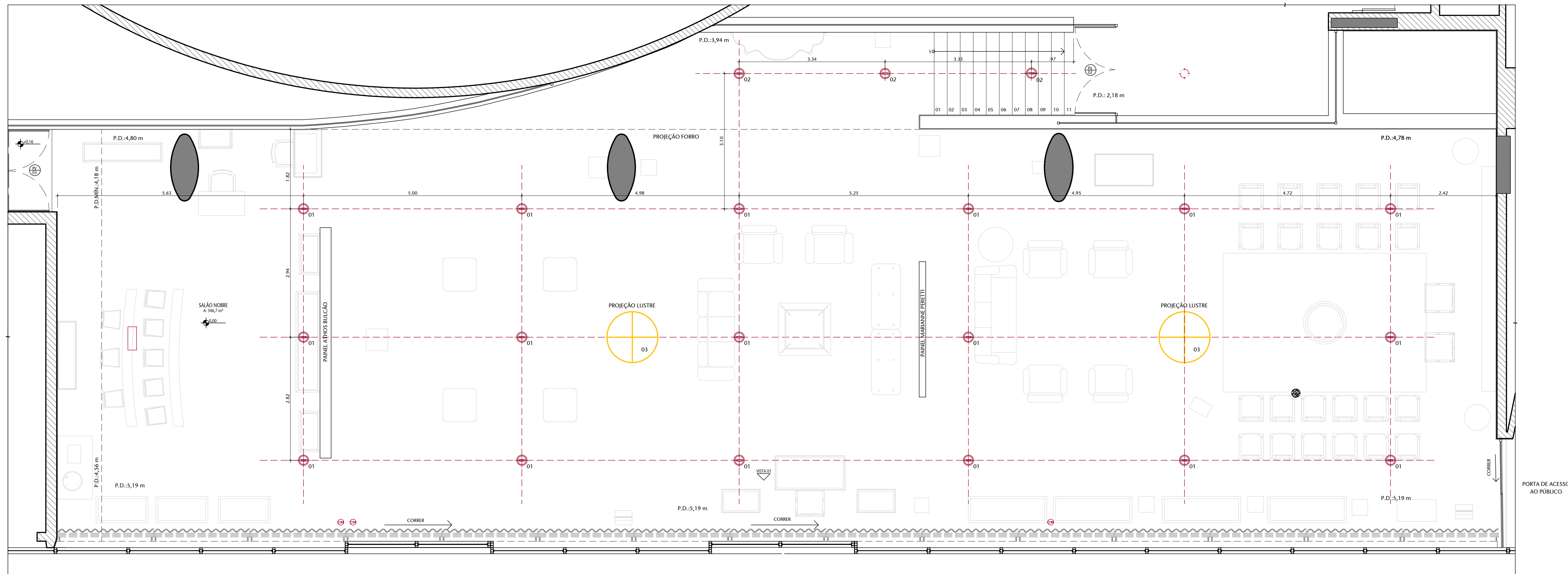
01 PLANTA DE LEILUTE
ESCALA 1/50



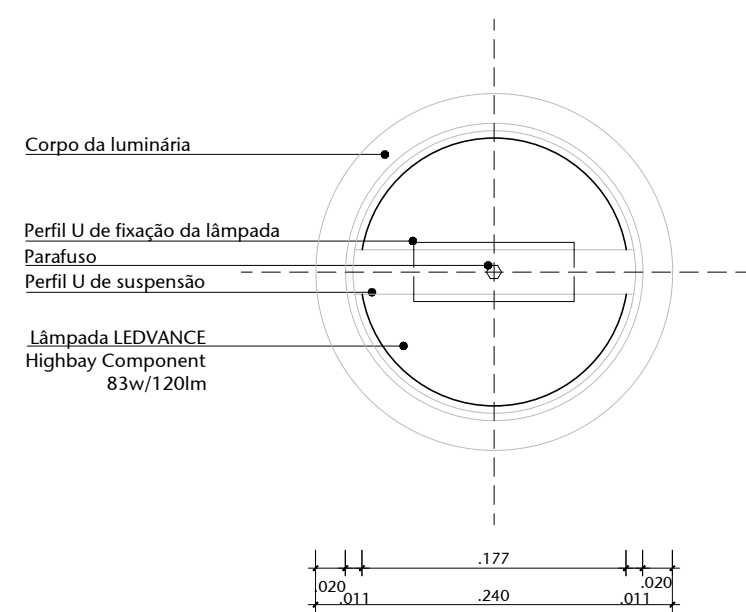
02 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESCALA SEM ESCALA

MOBILIÁRIO DISPONÍVEL			
CODIGO/CONTENEDOR	DESCRIÇÃO	CODIGO/CONTENEDOR	DESCRIÇÃO
ARM-01	01	ARM-01	01
ARM-02	01	ARM-02	01
ARM-03	01	ARM-03	01
ARM-04	01	ARM-04	01
BAN-01	01	BAN-01	01
BAN-02	01	BAN-02	01
BAN-03	01	BAN-03	01
BAN-04	01	BAN-04	01
BAN-05	01	BAN-05	01
BAN-06	01	BAN-06	01
BAN-07	01	BAN-07	01
BAN-08	01	BAN-08	01
BAN-09	01	BAN-09	01
BAN-10	01	BAN-10	01
BAN-11	01	BAN-11	01
BAN-12	01	BAN-12	01
BAN-13	01	BAN-13	01
BAN-14	01	BAN-14	01
BAN-15	01	BAN-15	01
BAN-16	01	BAN-16	01
BAN-17	01	BAN-17	01
BAN-18	01	BAN-18	01
BAN-19	01	BAN-19	01
BAN-20	01	BAN-20	01
BAN-21	01	BAN-21	01
BAN-22	01	BAN-22	01
BAN-23	01	BAN-23	01
BAN-24	01	BAN-24	01
BAN-25	01	BAN-25	01
BAN-26	01	BAN-26	01
BAN-27	01	BAN-27	01
BAN-28	01	BAN-28	01
BAN-29	01	BAN-29	01
BAN-30	01	BAN-30	01
BAN-31	01	BAN-31	01
BAN-32	01	BAN-32	01
BAN-33	01	BAN-33	01
BAN-34	01	BAN-34	01
BAN-35	01	BAN-35	01
BAN-36	01	BAN-36	01
BAN-37	01	BAN-37	01
BAN-38	01	BAN-38	01
BAN-39	01	BAN-39	01
BAN-40	01	BAN-40	01
BAN-41	01	BAN-41	01
BAN-42	01	BAN-42	01
BAN-43	01	BAN-43	01
BAN-44	01	BAN-44	01
BAN-45	01	BAN-45	01
BAN-46	01	BAN-46	01
BAN-47	01	BAN-47	01
BAN-48	01	BAN-48	01
BAN-49	01	BAN-49	01
BAN-50	01	BAN-50	01
BAN-51	01	BAN-51	01
BAN-52	01	BAN-52	01
BAN-53	01	BAN-53	01
BAN-54	01	BAN-54	01
BAN-55	01	BAN-55	01
BAN-56	01	BAN-56	01
BAN-57	01	BAN-57	01
BAN-58	01	BAN-58	01
BAN-59	01	BAN-59	01
BAN-60	01	BAN-60	01
BAN-61	01	BAN-61	01
BAN-62	01	BAN-62	01
BAN-63	01	BAN-63	01
BAN-64	01	BAN-64	01
BAN-65	01	BAN-65	01
BAN-66	01	BAN-66	01
BAN-67	01	BAN-67	01
BAN-68	01	BAN-68	01
BAN-69	01	BAN-69	01
BAN-70	01	BAN-70	01
BAN-71	01	BAN-71	01
BAN-72	01	BAN-72	01
BAN-73	01	BAN-73	01
BAN-74	01	BAN-74	01
BAN-75	01	BAN-75	01
BAN-76	01	BAN-76	01
BAN-77	01	BAN-77	01
BAN-78	01	BAN-78	01
BAN-79	01	BAN-79	01
BAN-80	01	BAN-80	01
BAN-81	01	BAN-81	01
BAN-82	01	BAN-82	01
BAN-83	01	BAN-83	01
BAN-84	01	BAN-84	01
BAN-85	01	BAN-85	01
BAN-86	01	BAN-86	01
BAN-87	01	BAN-87	01
BAN-88	01	BAN-88	01
BAN-89	01	BAN-89	01
BAN-90	01	BAN-90	01
BAN-91	01	BAN-91	01
BAN-92	01	BAN-92	01
BAN-93	01	BAN-93	01
BAN-94	01	BAN-94	01
BAN-95	01	BAN-95	01
BAN-96	01	BAN-96	01
BAN-97	01	BAN-97	01
BAN-98	01	BAN-98	01
BAN-99	01	BAN-99	01
BAN-100	01	BAN-100	01

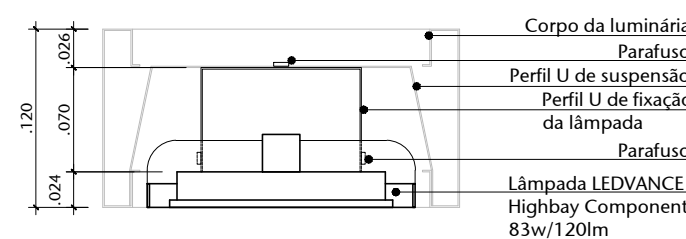
01	EMISSION INICIAL	06/11/2023	JULIANO
Nº	CONTROLE DE EMISSÃO DE DESENHOS	DATA	REVISOR
SENADO FEDERAL SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA COORDENAÇÃO DE ARQUITETURA			
INTERESSADO: COMUS - CORDENAÇÃO DE MUSEU		LOCAL: EDPR-P01-065 E 066 MUSEU DO SENADO	
COORD:	CHEFE DE SERV.:	TAREFA:	Nº PRONTO:
LUAN	JOELMO	#126901	ESTUDO PRELIMINAR
ARQUITETO:	DESENHO:	DATA:	ESCALA:
JULIANO	ALVARO	06/11/2023	1/50
PROJETO: PROJETO LUMINOTÉCNICO PARA O MUSEU DO SENADO		TÍTULO DA PRANCHETA: PLANTA BAIXA - LEIUTE	
FASE: ESTUDO PRELIMINAR		Nº PRONTO: 1/3	



01 PLANTA DE FORRO
ESCALA 1/50



02 DET.01 - PLANTA BAIXA - LUMINÁRIA
ESCALA 1/5



03 DET.02 - CORTE - LUMINÁRIA
ESCALA 1/5

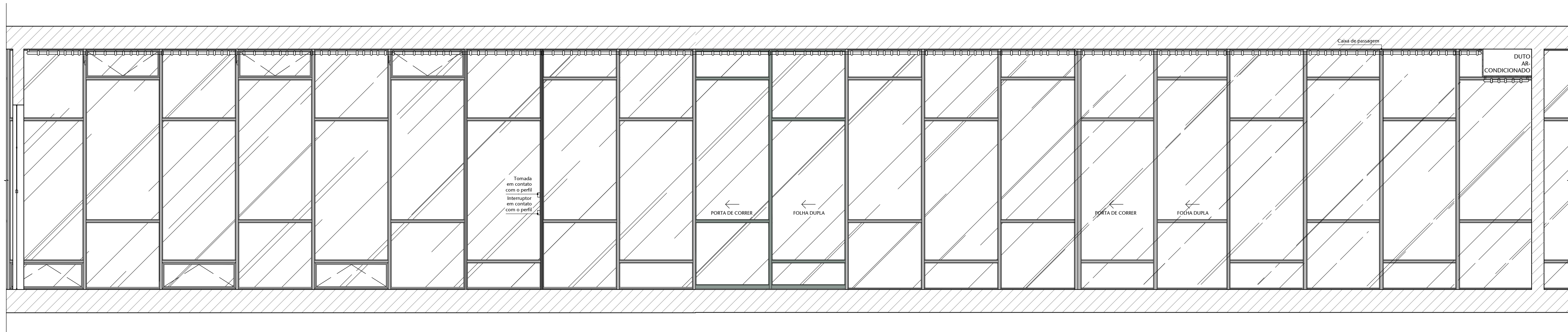
LEGENDA DE INSTALAÇÕES - FORRO/AR CONDICIONADO					
ELÉTRICA	ID	QT.	SÍMBOLO	MODELO	DESCRIÇÃO
	01	17		LUMINÁRIA PLAFON DE SOBREPORA A SUBSTITUIR	LEDVANCE Highbay Component 83w
	02	03		LUMINÁRIA PLAFON DE SOBREPORA A SUBSTITUIR	LEDVANCE Highbay Component 60w
				LUMINÁRIA SOBREPORA	-
TV	03	02		LUSTRE A RETIRAR	-
				CAM. FIXA TIPO DOME NO TETO	
FORRO				GRELHA DESATIVADA	
				GRELHA DESATIVADA	

01	EMIÇÃO INICIAL				06/11/2023	JULIANO
Nº	CONTROLE DE EMISSÃO DE DESENHOS				DATA	REVISOR

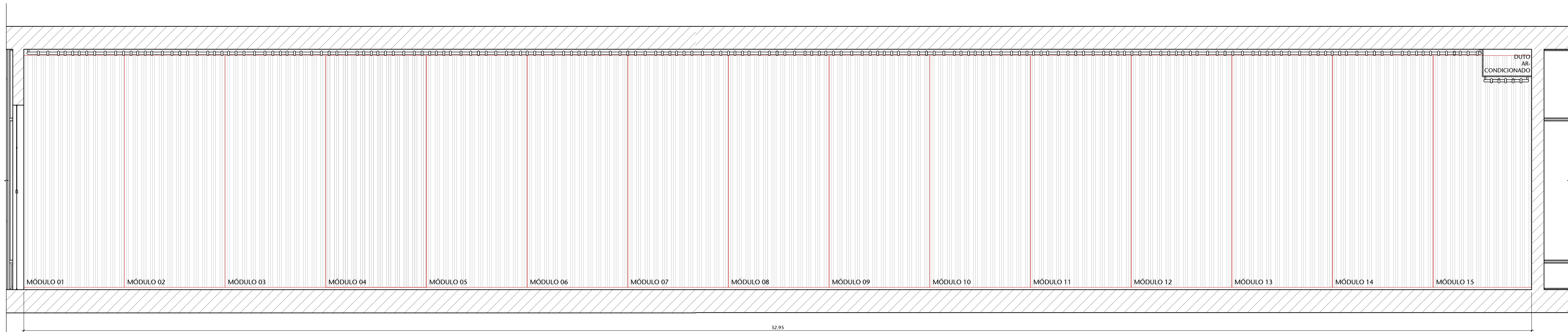
SENADO FEDERAL SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA COORDENAÇÃO DE ARQUITETURA						
--	--	--	--	--	--	--

INTERESSADO:				LOCAL: EDPR-P01-065 E 066		ÁREA DE INTERV:
COMUS - CORDENAÇÃO DE MUSEU				MUSEU DO SENADO		346,7m²

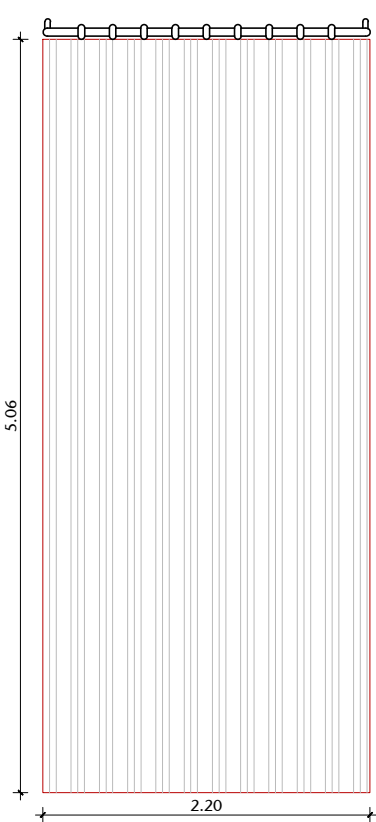
COORD.	CHEFE DE SERV.:	TAREFA:	PROJETO:	FASE:	Nº PRANCHETA:
LUAN	JOELMO	#126901	PROJETO LUMINOTÉCNICO PARA O MUSEU DO SENADO	ESTUDO PRELIMINAR	2/3
ARQUITETO:	DESENHO:	DATA:	TÍTULO DA PRANCHETA:	ESCALA:	
JULIANO	ALVARO	06/11/2023	PLANTA BAIXA - FORRO E DETALHE	1/50, 1/5	



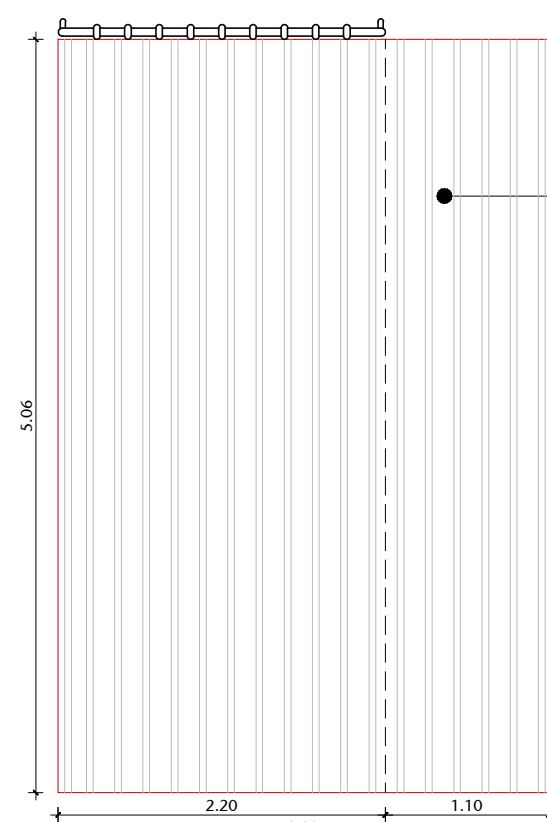
01 VISTA 01 - ESQUADRIAS
ESCALA 1/50



02 VISTA 01 - BLACKOUT
ESCALA 1/50



03 DET. 01 - MÓDULO BLACKOUT - FECHADO
ESCALA 1/50



04 DET. 02 - MÓDULO BLACKOUT - ABERTO
ESCALA 1/50

TABELA DE ESPECIFICAÇÕES DO MATERIAL - BLACKOUT					
QUANTIDADE(M²)	MODELO	MATERIAL			
167M²		CORTINA_BLACKOUT			
01	EMIÇÃO INICIAL		06/11/2023	JULIANO	
Nº	CONTROLE DE EMISSÃO DE DESENHOS		DATA	REVISOR	
<div>SENADO FEDERAL</div> <div>SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA</div> <div>COORDENAÇÃO DE ARQUITETURA</div>					
INTERESSADO:			LOCAL: EDPR-P01-065 E 066		ÁREA DE INTERV.
COMUS - CORDENAÇÃO DE MUSEU			MUSEU DO SENADO		346,7M²
COORD:	CHEFE DE SERV.:	TAREFA:	PROJETO:	FASE:	Nº PRANCHA:
LUAN	JOELMO	#126901	PROJETO LUMINOTÉCNICO PARA O MUSEU DO SENADO	ESTUDO PRELIMINAR	3/3
ARQUITETO:	DESENHO:	DATA:	TÍTULO DA PRANCHA:	ESCALA:	
JULIANO	ALVARO	06/11/2023	VISTA 01 E DETALHE	1/50	



SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

PESQUISA DE PREÇOS

Objeto:

**Contratação de empresa para execução de
projeto luminotécnico para o
Salão Nobre do EDPR (Museu)
no Senado Federal**

Referência: 00200.002429/2024-61





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

PESQUISA DE PREÇOS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

COM DESONERAÇÃO

Referência: 00200.002429/2024-61





Projeto Luminotécnico Salão Nobre
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data: fevereiro de 2023

								Desonerado	Data-base SINAPI 12/2023	
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO TOTAL	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL	FONTE/CÓD./OBS.
SF-00002	Mestre de obras	Mão-de-Obra	hh	100,00	R\$ 40,69	R\$ 4.069,00	25,00%	R\$ 50,86	R\$ 5.086,00	Sinapi 90780
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho	Serviço (Mat + MO)	un	1,00	R\$ 2.411,09	R\$ 2.411,09	25,00%	R\$ 3.013,86	R\$ 3.013,86	Senado Federal
SF-00021	Remoção de cortinas	Serviço (Mat + MO)	m	33,00	R\$ 3,37	R\$ 111,21	25,00%	R\$ 4,21	R\$ 138,93	Senado Federal
SF-00049	Andaime tubular (aluguel/mês)	Locação	m x mês	9,00	R\$ 19,00	R\$ 171,00	25,00%	R\$ 23,75	R\$ 213,75	Sinapi 10527
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)	Serviço (Mat + MO)	m2	306,00	R\$ 14,94	R\$ 4.571,64	25,00%	R\$ 18,68	R\$ 5.716,08	Sinapi 88488
SF-00145	Forro em gesso acartonado monolítico, sem estrutura	Serviço (Mat + MO)	m2	0,72	R\$ 45,30	R\$ 32,62	25,00%	R\$ 56,63	R\$ 40,77	Sinapi 96114 Adaptada
SF-03706	Blecaute sem varão (Modelo Salão Nobre)	Serviço (Mat + MO)	m	33,00	R\$ 381,82	R\$ 12.600,06	0,00%	R\$ 381,82	R\$ 12.600,06	Pesquisa de Preços
SF-04583	Luminária LED Highbay 60W	Serviço (Mat + MO)	un	3,00	R\$ 354,58	R\$ 1.063,74	25,00%	R\$ 443,23	R\$ 1.329,69	Sinapi 97593 Adaptada
SF-04584	Luminária LED Highbay 80W	Serviço (Mat + MO)	un	17,00	R\$ 425,55	R\$ 7.234,35	25,00%	R\$ 531,94	R\$ 9.042,98	Sinapi 97593 Adaptada
9								CUSTO DIRETO	R\$ 32.264,71	
								CUSTO TOTAL	R\$ 37.182,12	





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

PESQUISA DE PREÇOS

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO COM DESONERAÇÃO

Referência: 00200.002429/2024-61





Projeto Luminotécnico Salão Nobre
COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

Data: fevereiro de 2023

					Desonerado		Desconto sobre preços de tabelas de referência (recomendação MPF)			5%	
					Encargos sociais: vide tabela SINAPI		Data-base SINAPI 12/2023				
ITEM	DESCRIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	FONTE DO COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO C/ DESCONTO MPF	FONTE DO PREÇO	CUSTO TOTAL	TOTAL DO SERVIÇO	
SF-00002	Mestre de obras		hh		Sinapi 90780						
		MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	Sinapi 90780	R\$ 42,83	R\$ 40,69	Sinapi 90780	R\$ 40,69	R\$	40,69
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho		un		Senado Federal						
		ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,0000	Senado Federal	R\$ 113,50	R\$ 107,83	Sinapi 90778	R\$ 2.156,50	R\$	2.411,09
		Anotação de Responsabilidade Técnica	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 254,59	R\$ 254,59	Pesquisa de Preços	R\$ 254,59		
SF-00021	Remoção de cortinas		m		Senado Federal						
		AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1667	Senado Federal	R\$ 21,28	R\$ 20,22	Sinapi 88243	R\$ 3,37	R\$	3,37
SF-00049	Andaime tubular (aluguel/mês)		m x mês		Sinapi 10527						
		LOCAÇÃO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE "1,00" M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	1,0000	Sinapi 10527	R\$ 20,00	R\$ 19,00	Sinapi 10527	R\$ 19,00	R\$	19,00
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)		m2		Sinapi 88488						
		PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2270	Sinapi 88488	R\$ 28,82	R\$ 27,38	Sinapi 88310	R\$ 6,22	R\$	14,94
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0757	Sinapi 88488	R\$ 20,76	R\$ 19,72	Sinapi 88316	R\$ 1,49		
		TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	0,2285	Sinapi 88488	R\$ 33,31	R\$ 31,64	Sinapi 7356	R\$ 7,23		
SF-00145	Forro em gesso acartonado monolítico, sem estrutura		m2		Sinapi 96114 Adaptada						
		PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	M2	1,0966	Sinapi 96114	R\$ 18,24	R\$ 17,33	Sinapi 39413	R\$ 19,00	R\$	45,30
		FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORCO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	1,4276	Sinapi 96114	R\$ 2,52	R\$ 2,39	Sinapi 39432	R\$ 3,42		
		MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (NECESSITA ADICAO DE AGUA)	KG	0,6926	Sinapi 96114	R\$ 3,16	R\$ 3,00	Sinapi 39434	R\$ 2,08		
		PARAFUSO DRY WALL, EM AÇO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN	9,6469	Sinapi 96114	R\$ 0,10	R\$ 0,10	Sinapi 39435	R\$ 0,92		
		PARAFUSO DRY WALL, EM AÇO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	1,2267	Sinapi 96114	R\$ 0,24	R\$ 0,23	Sinapi 39443	R\$ 0,28		
		MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4786	Sinapi 96114	R\$ 22,36	R\$ 21,24	Sinapi 88278	R\$ 10,17		
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4786	Sinapi 96114	R\$ 20,76	R\$ 19,72	Sinapi 88316	R\$ 9,44		





Projeto Luminotécnico Salão Nobre
COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

Data: fevereiro de 2023

					Desonerado	Desconto sobre preços de tabelas de referência (recomendação MPF)				5%
					Encargos sociais: vide tabela SINAPI	Data-base SINAPI 12/2023				
ITEM	DESCRIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	FONTE DO COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO C/ DESCONTO MPF	FONTE DO PREÇO	CUSTO TOTAL	TOTAL DO SERVIÇO
SF-04583	Luminária LED Highbay 60W	un Sinapi 97593 Adaptada								
		Luminária LED Highbay 60 W, IP65, 6000 lumens, ref.: Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 60W/4000K 220V (7016710)	un	1,0000	Sinapi 97593	R\$ 307,21	R\$ 307,21	Pesquisa de Preços	R\$ 307,21	R\$ 354,58
		Cabo de cobre multipolar isolado 0,6/1 kV 3x2,5 mm² resistente a chama, livre de halogênios	m	1,5000	Senado Federal	R\$ 7,05	R\$ 7,05	Pesquisa de Preços	R\$ 10,58	
		Cabo de cobre multipolar isolado 0,6/1 kV 3x2,5 mm² resistente a chama, livre de halogênios	m	1,5000	Senado Federal	R\$ 7,05	R\$ 7,05	Pesquisa de Preços	R\$ 10,58	
		Plugue (macho) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 5,06	R\$ 5,06	Pesquisa de Preços	R\$ 5,06	
		Plugue (fêmea) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 5,50	R\$ 5,50	Pesquisa de Preços	R\$ 5,50	
		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1833	Sinapi 97593	R\$ 21,81	R\$ 20,72	Sinapi 88247	R\$ 3,80	
		ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4518	Sinapi 97593	R\$ 27,64	R\$ 26,26	Sinapi 88264	R\$ 11,86	
SF-04584	Luminária LED Highbay 80W	un Sinapi 97593 Adaptada								
		Luminária LED Highbay 80 W, IP65, 8000 lumens, ref.: Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 60W/4000K 220V (7016712)	un	1,0000	Sinapi 97593	R\$ 388,75	R\$ 388,75	Pesquisa de Preços	R\$ 388,75	R\$ 425,55
		Cabo de cobre multipolar isolado 0,6/1 kV 3x2,5 mm² resistente a chama, livre de halogênios	m	1,5000	Senado Federal	R\$ 7,05	R\$ 7,05	Pesquisa de Preços	R\$ 10,58	
		Plugue (macho) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 5,06	R\$ 5,06	Pesquisa de Preços	R\$ 5,06	
		Plugue (fêmea) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 5,50	R\$ 5,50	Pesquisa de Preços	R\$ 5,50	
		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1833	Sinapi 97593	R\$ 21,81	R\$ 20,72	Sinapi 88247	R\$ 3,80	
		ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4518	Sinapi 97593	R\$ 27,64	R\$ 26,26	Sinapi 88264	R\$ 11,86	





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

PESQUISA DE PREÇOS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

SEM DESONERAÇÃO

Referência: 00200.002429/2024-61





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

Projeto Luminotécnico Salão Nobre

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data: fevereiro de 2023

								Não desonerado		Data-base SINAPI 12/2023	
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO TOTAL	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL	FORNTE/CÓD./OBS.	
SF-00002	Mestre de obras	Mão-de-Obra	hh	100,00	R\$ 46,71	R\$ 4.671,00	19,10%	R\$ 55,63	R\$ 5.563,00	Sinapi 90780	
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho	Serviço (Mat + MO)	un	1,00	R\$ 2.745,30	R\$ 2.745,30	19,10%	R\$ 3.269,65	R\$ 3.269,65	Senado Federal	
SF-00021	Remoção de cortinas	Serviço (Mat + MO)	m	33,00	R\$ 3,69	R\$ 121,77	19,10%	R\$ 4,39	R\$ 144,87	Senado Federal	
SF-00049	Andaime tubular (aluguel/mês)	Locação	m x mês	9,00	R\$ 19,00	R\$ 171,00	19,10%	R\$ 22,63	R\$ 203,67	Sinapi 10527	
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)	Serviço (Mat + MO)	m2	306,00	R\$ 15,71	R\$ 4.807,26	19,10%	R\$ 18,71	R\$ 5.725,26	Sinapi 88488	
SF-00145	Forro em gesso acartonado monolítico, sem estrutura	Serviço (Mat + MO)	m2	0,72	R\$ 47,24	R\$ 34,01	19,10%	R\$ 56,26	R\$ 40,51	Sinapi 96114 Adaptada	
SF-03706	Blecaute sem varão (Modelo Salão Nobre)	Serviço (Mat + MO)	m	33,00	R\$ 381,82	R\$ 12.600,06	0,00%	R\$ 381,82	R\$ 12.600,06	Pesquisa de Preços	
SF-04583	Luminária LED Highbay 60W	Serviço (Mat + MO)	un	3,00	R\$ 1.068,69	R\$ 3.206,07	19,10%	R\$ 424,27	R\$ 1.272,81	Sinapi 97593 Adaptada	
SF-04584	Luminária LED Highbay 80W	Serviço (Mat + MO)	un	17,00	R\$ 427,20	R\$ 7.262,40	19,10%	R\$ 508,80	R\$ 8.649,60	Sinapi 97593 Adaptada	
9								CUSTO DIRETO	R\$ 33.481,49		
								CUSTO TOTAL	R\$ 37.469,43		





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

PESQUISA DE PREÇOS

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

SEM DESONERAÇÃO

Referência: 00200.002429/2024-61





Projeto Luminotécnico Salão Nobre
COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

Data: fevereiro de 2023

					Não desonerado		Desconto sobre preços de tabelas de referência (recomendação MPF)			5%
					Encargos sociais: vide tabela SINAPI		Data-base SINAPI 12/2023			
ITEM	DESCRIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	FONTE DO COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO C/ DESCONTO MPF	FONTE DO PREÇO	CUSTO TOTAL	TOTAL DO SERVIÇO
SF-00002	Mestre de obras		hh		Sinapi 90780					
		MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	Sinapi 90780	R\$ 49,17	R\$ 46,71	Sinapi 90780	R\$ 46,71	R\$ 46,71
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho		un		Senado Federal					
		ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,0000	Senado Federal	R\$ 131,09	R\$ 124,54	Sinapi 90778	R\$ 2.490,71	R\$ 2.745,30
		Anotação de Responsabilidade Técnica	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 254,59	R\$ 254,59	Pesquisa de Preços	R\$ 254,59	
SF-00021	Remoção de cortinas		m		Senado Federal					
		AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1667	Senado Federal	R\$ 23,28	R\$ 22,12	Sinapi 88243	R\$ 3,69	R\$ 3,69
SF-00049	Andaime tubular (aluguel/mês)		m x mês		Sinapi 10527					
		LOCAÇÃO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE "1,00" M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	1,0000	Sinapi 10527	R\$ 20,00	R\$ 19,00	Sinapi 10527	R\$ 19,00	R\$ 19,00
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)		m2		Sinapi 88488					
		PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2270	Sinapi 88488	R\$ 31,74	R\$ 30,15	Sinapi 88310	R\$ 6,84	R\$ 15,71
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0757	Sinapi 88488	R\$ 22,69	R\$ 21,56	Sinapi 88316	R\$ 1,63	
		TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	0,2285	Sinapi 88488	R\$ 33,31	R\$ 31,64	Sinapi 7356	R\$ 7,23	
SF-00145	Forro em gesso acartonado monolítico, sem estrutura		m2		Sinapi 96114 Adaptada					
		PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	M2	1,0966	Sinapi 96114	R\$ 18,24	R\$ 17,33	Sinapi 39413	R\$ 19,00	R\$ 47,24
		FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORCO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	1,4276	Sinapi 96114	R\$ 2,52	R\$ 2,39	Sinapi 39432	R\$ 3,42	
		MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (NECESSITA ADICAO DE AGUA)	KG	0,6926	Sinapi 96114	R\$ 3,16	R\$ 3,00	Sinapi 39434	R\$ 2,08	
		PARAFUSO DRY WALL, EM AÇO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN	9,6469	Sinapi 96114	R\$ 0,10	R\$ 0,10	Sinapi 39435	R\$ 0,92	
		PARAFUSO DRY WALL, EM AÇO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	1,2267	Sinapi 96114	R\$ 0,24	R\$ 0,23	Sinapi 39443	R\$ 0,28	
		MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4786	Sinapi 96114	R\$ 24,70	R\$ 23,47	Sinapi 88278	R\$ 11,23	
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4786	Sinapi 96114	R\$ 22,69	R\$ 21,56	Sinapi 88316	R\$ 10,32	





Projeto Luminotécnico Salão Nobre
COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

Data: fevereiro de 2023

					Não desonerado		Desconto sobre preços de tabelas de referência (recomendação MPF)			5%
					Encargos sociais: vide tabela SINAPI		Data-base SINAPI			12/2023
ITEM	DESCRIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	FONTE DO COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO C/ DESCONTO MPF	FONTE DO PREÇO	CUSTO TOTAL	TOTAL DO SERVIÇO
SF-04583	Luminária LED Highbay 60W	un Sinapi 97593 Adaptada								
		Luminária LED Highbay 60 W, IP65, 6000 lumens, ref.: Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 60W/4000K 220V (7016710)	un	1,0000	Sinapi 97593	R\$ 307,21	R\$ 307,21	Pesquisa de Preços	R\$ 307,21	R\$ 356,23
		Cabo de cobre multipolar isolado 0,6/1 kV 3x2,5 mm² resistente a chama, livre de halogênios	m	1,5000	Senado Federal	R\$ 7,05	R\$ 7,05	Pesquisa de Preços	R\$ 10,58	
		Cabo de cobre multipolar isolado 0,6/1 kV 3x2,5 mm² resistente a chama, livre de halogênios	m	1,5000	Senado Federal	R\$ 7,05	R\$ 7,05	Pesquisa de Preços	R\$ 10,58	
		Plugue (macho) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 5,06	R\$ 5,06	Pesquisa de Preços	R\$ 5,06	
		Plugue (fêmea) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 5,50	R\$ 5,50	Pesquisa de Preços	R\$ 5,50	
		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1833	Sinapi 97593	R\$ 23,89	R\$ 22,70	Sinapi 88247	R\$ 4,16	
		ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4518	Sinapi 97593	R\$ 30,64	R\$ 29,11	Sinapi 88264	R\$ 13,15	
SF-04584	Luminária LED Highbay 80W	un Sinapi 97593 Adaptada								
		Luminária LED Highbay 80 W, IP65, 8000 lumens, ref.: Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 60W/4000K 220V (7016712)	un	1,0000	Sinapi 97593	R\$ 388,75	R\$ 388,75	Pesquisa de Preços	R\$ 388,75	R\$ 427,20
		Cabo de cobre multipolar isolado 0,6/1 kV 3x2,5 mm² resistente a chama, livre de halogênios	m	1,5000	Senado Federal	R\$ 7,05	R\$ 7,05	Pesquisa de Preços	R\$ 10,58	
		Plugue (macho) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 5,06	R\$ 5,06	Pesquisa de Preços	R\$ 5,06	
		Plugue (fêmea) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 5,50	R\$ 5,50	Pesquisa de Preços	R\$ 5,50	
		AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1833	Sinapi 97593	R\$ 23,89	R\$ 22,70	Sinapi 88247	R\$ 4,16	
		ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4518	Sinapi 97593	R\$ 30,64	R\$ 29,11	Sinapi 88264	R\$ 13,15	





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

PESQUISA DE PREÇOS

CÁLCULO DO BDI

Benefícios e Despesas Indiretas

Referência: 00200.002429/2024-61



Projeto Luminotécnico Salão Nobre
BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

BDI Edificações			
Componentes do BDI	Cálculo sem CPRB	Cálculo com CPRB	
	não-desonerado	desonerado	
	% considerado	% considerado	
AC	3,50%	3,50%	
S+G	0,80%	0,80%	
R	1,25%	1,25%	
DF	0,76%	0,76%	
L	6,78%	6,78%	
PIS	0,65%	0,65%	
COFINS	3,00%	3,00%	
CPRB	0,00%	4,50%	
ISS	1,00%	1,00%	
BDI Edificações	19,10%	25,00%	
Referências TCU - BDI Edificações			
Componentes do BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC	3,00%	4,00%	5,50%
S+G	0,80%	0,80%	1,00%
R	0,97%	1,27%	1,27%
DF	0,59%	1,23%	1,39%
L	6,16%	7,40%	8,96%
BDI Edificações	20,34%	22,12%	25,00%

BDI mero fornecimento			
Componentes do BDI	Cálculo sem CPRB	Cálculo com CPRB	
	não-desonerado	desonerado	
	% considerado	% considerado	
AC	1,75%	1,75%	
S+G	0,39%	0,39%	
R	0,56%	0,56%	
DF	0,85%	0,85%	
L	3,50%	3,50%	
PIS	0,65%	0,65%	
COFINS	3,00%	3,00%	
CPRB	0,00%	4,50%	
ISS	0,00%	0,00%	
BDI mero fornecimento	11,26%	16,71%	
Referências TCU - BDI mero fornecimento			
Componentes do BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC	1,50%	3,45%	4,49%
S+G	0,30%	0,48%	0,82%
R	0,56%	0,85%	0,89%
DF	0,85%	0,85%	1,11%
L	3,50%	5,11%	6,22%
BDI mero fornecimento	11,10%	14,02%	16,80%

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

Fontes: Acórdãos 2.369/2011-TCU-Plenário e 2.622/2013-TCU-Plenário.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

PESQUISA DE PREÇOS

Curvas ABC de serviços e de insumos

Referência: 00200.002429/2024-61



Projeto Luminotécnico Salão Nobre

CURVA ABC DE SERVIÇOS

Data: fevereiro de 2023

Data-base SINAPI 12/2023

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO POR ITEM	% RELATIVO	% ACUMULADO	FONTE/CÓD./OBS.	CLASSIFICAÇÃO
SF-03706	Blecaute sem varão (Modelo Salão Nobre)	m	33,00	R\$ 381,82	R\$ 12.600,06	39,0521%	39,052%	Pesquisa de Preços	Item A
SF-04584	Luminária LED Highbay 80W	un	17,00	R\$ 425,55	R\$ 7.234,35	22,4219%	61,474%	Sinapi 97593 Adaptada	Item A
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)	m2	306,00	R\$ 14,94	R\$ 4.571,64	14,1692%	75,643%	Sinapi 88488	Item A
SF-00002	Mestre de obras	hh	100,00	R\$ 40,69	R\$ 4.069,00	12,6113%	88,254%	Sinapi 90780	Item B
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho	un	1,00	R\$ 2.411,09	R\$ 2.411,09	7,4728%	95,727%	Senado Federal	Item C
SF-04583	Luminária LED Highbay 60W	un	3,00	R\$ 354,58	R\$ 1.063,74	3,2969%	99,024%	Sinapi 97593 Adaptada	Item C
SF-00049	Andaime tubular (aluguel/mês)	m x mês	9,00	R\$ 19,00	R\$ 171,00	0,5300%	99,554%	Sinapi 10527	Item C
SF-00021	Remoção de cortinas	m	33,00	R\$ 3,37	R\$ 111,21	0,3447%	99,899%	Senado Federal	Item C
SF-00145	Forro em gesso acartonado monolítico, sem estrutura	m2	0,72	R\$ 45,30	R\$ 32,62	0,1011%	100,000%	Sinapi 96114 Adaptada	Item C



Projeto Luminotécnico Salão Nobre
CURVA ABC DE INSUMOS

Data: fevereiro de 2023

						Data-base SINAPI		12/2023		
DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	FONTE DO PREÇO	TIPO	CUSTO DIRETO TOTAL	% RELATIVO	% ACUMULADO	CLASSIFICAÇÃO	
Luminária LED Highbay 80 W, IP65, 8000 lumens, ref.: Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 60W/4000K 220V (7016712)	un	17,00	R\$ 388,75	Pesquisa de Preços	Insumo	R\$ 6.608,75	33,6082750%	33,6083%	Item A	
MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	100,00	R\$ 40,69	Sinapi 90780	MO	R\$ 4.068,85	20,6918146%	54,3001%	Item A	
TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	69,92	R\$ 31,64	Sinapi 7356	Insumo	R\$ 2.212,62	11,2520789%	65,5522%	Item A	
ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,00	R\$ 107,83	Sinapi 90778	MO	R\$ 2.156,50	10,9667101%	76,5189%	Item A	
PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	69,46	R\$ 27,38	Sinapi 88310	MO	R\$ 1.901,80	9,6714539%	86,1903%	Item A	
Luminária LED Highbay 60 W, IP65, 6000 lumens, ref.: Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 60W/4000K 220V (7016710)	un	3,00	R\$ 307,21	Pesquisa de Preços	Insumo	R\$ 921,63	4,6868764%	90,8772%	Item B	
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	23,51	R\$ 19,72	Sinapi 88316	MO	R\$ 463,64	2,3578065%	93,2350%	Item B	
Anotação de Responsabilidade Técnica	un	1,00	R\$ 254,59	Pesquisa de Preços	Insumo	R\$ 254,59	1,2946973%	94,5297%	Item B	
Cabo de cobre multipolar isolado 0,6/1 kV 3x2,5 mm² resistente a chama, livre de halogênios	m	34,50	R\$ 7,05	Pesquisa de Preços	Insumo	R\$ 243,23	1,2369015%	95,7666%	Item B	
ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	9,04	R\$ 26,26	Sinapi 88264	MO	R\$ 237,27	1,2066040%	96,9732%	Item C	
LOCAÇÃO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGAÇÃO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	9,00	R\$ 19,00	Sinapi 10527	Insumo	R\$ 171,00	0,8696070%	97,8428%	Item C	
AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,50	R\$ 20,22	Sinapi 88243	MO	R\$ 111,21	0,5655509%	98,4084%	Item C	
Plugue (fêmea) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	20,00	R\$ 5,50	Pesquisa de Preços	Insumo	R\$ 110,00	0,5593963%	98,9678%	Item C	
Plugue (macho) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	20,00	R\$ 5,06	Pesquisa de Preços	Insumo	R\$ 101,20	0,5146446%	99,4824%	Item C	
AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,67	R\$ 20,72	Sinapi 88247	MO	R\$ 75,96	0,3862768%	99,8687%	Item C	
PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	M2	0,79	R\$ 17,33	Sinapi 39413	Insumo	R\$ 13,68	0,0695755%	99,9383%	Item C	
MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,34	R\$ 21,24	Sinapi 88278	MO	R\$ 7,32	0,0372244%	99,9755%	Item C	
FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORÇO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	1,03	R\$ 2,39	Sinapi 39432	Insumo	R\$ 2,46	0,0125138%	99,9880%	Item C	
MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (NECESSITA ADICAO DE AGUA)	KG	0,50	R\$ 3,00	Sinapi 39434	Insumo	R\$ 1,50	0,0076129%	99,9956%	Item C	
PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN	6,95	R\$ 0,10	Sinapi 39435	Insumo	R\$ 0,66	0,0033556%	99,9990%	Item C	
PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	0,88	R\$ 0,23	Sinapi 39443	Insumo	R\$ 0,20	0,0010241%	100,0000%	Item C	





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

PESQUISA DE PREÇOS

PLANILHAS AUXILIARES

Referência: 00200.002429/2024-61



MAPA DE COTAÇÕES - Serviços

Objeto: Projeto Luminotécnico Salão Nobre
Processo: 00200.002429/2024-61
Data: fevereiro de 2023

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Quant. de preços	Observação					Preços dos fornecedores (R\$)						
						Menor Preço (da pesquisa de mercado)	1º Quantil (da pesquisa de mercado)	Mediana (dos preços unitários pesquisados)	Coeficiente de Variação (dos preços unitários pesquisados)							
										1	2	3	4	5	6	
										Composições - Tabelas de referência (Sinapi, Siro, Pini, etc)	Gardênia Franco Torres dos Santos	Faich Jussif Sulaiman Netto	Kizy Oliveira de Castro Almeida	Ceará Persianas EIRELI	Perfect Cortinas e Persianas LTDA	
						9	9	9		0	1	1	1	1	1	
SF-00002	Mestre de obras	hh	100,00	3	Sinapi 90780	R\$ 40,69	R\$ 40,69	R\$ 40,69	N/A	R\$ 40,69						
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho	un	1,00	3	Senado Federal	R\$ 2.411,09	R\$ 2.411,09	R\$ 2.411,09	N/A	R\$ 2.411,09						
SF-00021	Remoção de cortinas	m	33,00	3	Senado Federal	R\$ 3,37	R\$ 3,37	R\$ 3,37	N/A	R\$ 3,37						
SF-00049	Andaime tubular (aluguel/mês)	m x mês	9,00	3	Sinapi 10627	R\$ 19,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00	N/A	R\$ 19,00						
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (túcos)	m2	306,00	3	Sinapi 88488	R\$ 14,94	R\$ 14,94	R\$ 14,94	N/A	R\$ 14,94						
SF-00145	Forno em gesso acartonado monolítico, sem estrutura	m2	0,72	3	Sinapi 98114 Adaptada	R\$ 45,30	R\$ 45,30	R\$ 45,30	N/A	R\$ 45,30						
SF-03706	Blecaute sem vidro (Modelo Salão Nobre)	m	33,00	5	Pesquisa de Preços	R\$ 232,23	R\$ 286,70	R\$ 381,82	29,44%		R\$ 232,23	R\$ 390,91	R\$ 286,70	R\$ 381,82	R\$ 509,09	
SF-04583	Luminária LED Highbay 60W	un	3,00	3	Sinapi 97593 Adaptada	R\$ 354,58	R\$ 354,58	R\$ 354,58	N/A	R\$ 354,58						
SF-04584	Luminária LED Highbay 80W	un	17,00	3	Sinapi 97593 Adaptada	R\$ 425,55	R\$ 425,55	R\$ 425,55	N/A	R\$ 425,55						

Itens com 3 ou mais cotações	9
Itens com 2 cotações	0
Itens com 1 cotação	0
Itens com 0 cotação	0
Total de Itens	9
% Concluído	100,00%





SENADO FEDERAL
Secretaria de Infraestrutura
Coordenação de Orçamentos

MAPA DE COTAÇÕES - Insumos

Objeto: Projeto Luminotécnico Salão Nobre
Processo: 00200.002429/2024-61
Data: fevereiro de 2023

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Quant. de preços	Fonte do preço unitário adotado	Menor Preço (da pesquisa de mercado)	1º Quartil (da pesquisa de mercado)	Mediana (da pesquisa de mercado)	Valor de referência adotado (Tabela de referência OU mediana da pesquisa de mercado)	Coeficiente de Variação (da pesquisa de mercado)	12345678910										
											CREA-DF	APP 0005/2023 Zala Engenharia	APP 0006/2022 CONSTRUTORA DINIZ	Contrato 005/2022 RPA CONSTRUTORA	APP 0109/2023 HOLDING CONSTRUÇÕES	Internet 1	Internet 2	Melhor Indústria Serviços na Internet S.A.	Magnani & Gia LTDA	Lumiluz Iluminação	
												1	2	3	3	3	2	2	1	1	2
SF-00004	Anotação de Responsabilidade Técnica	un	1,00	3	Pesquisa de Preços	R\$ -	N/A	N/A	R\$ 254,59	N/A	R\$ 254,59										
SF-00273	Cabo de cobre multipolar isolado 0,6/1 kV 3x2,5 mm² resistente a chama, livre de halogênios	m	34,50	3	Pesquisa de Preços	R\$ 7,02	R\$ 7,04	R\$ 7,05	R\$ 7,05	17,92%	R\$ 7,05	R\$ 7,05	R\$ 7,05	R\$ 7,02	R\$ 9,47						
SF-00273	Plugue (macho) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	26,00	4	Pesquisa de Preços	R\$ 4,44	R\$ 4,49	R\$ 5,06	R\$ 5,06	19,72%		R\$ 5,62	R\$ 5,62	R\$ 4,50	R\$ 6,64	R\$ 4,44					
SF-00273	Plugue (fêmea) com 3 polos (2P+T), para 10A	un	26,00	4	Pesquisa de Preços	R\$ 4,63	R\$ 5,13	R\$ 5,50	R\$ 5,50	21,09%		R\$ 5,69	R\$ 5,30	R\$ 7,48	R\$ 4,63						
SF-04583	Luminária LED Highway 80 W, IP65, 8000 lumens, ref.: Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 80W/4000K/220V (7016710)	un	3,00	4	Pesquisa de Preços	R\$ 265,44	R\$ 269,00	R\$ 307,21	R\$ 307,21	20,83%						R\$ 265,44		R\$ 344,23	R\$ 270,19	R\$ 406,09	
SF-04584	Luminária LED Highway 80 W, IP65, 8000 lumens, ref.: Osram LEDVANCE HIGHBAY VALUE 80W/4000K/220V (7016710)	un	17,00	3	Pesquisa de Preços	R\$ 288,88	R\$ 338,82	R\$ 388,75	R\$ 388,75	18,22%						R\$ 288,88	R\$ 388,75			R\$ 414,98	

Itens com 3 ou mais cotações	6
Itens com 2 cotações	0
Itens com 1 cotação	0
Itens com 0 cotação	0
Total de Itens	6
% Concluído	100,00%



PLANILHA DE CÁLCULO DE CUSTOS UNITÁRIOS DE INSUMOS E SERVIÇOS

Objeto: Projeto Luminotécnico Salão Nobre

Processo: 00200.002429/2024-61

Data: fevereiro de 2023

Item	Descrição	Un.	Qtde.	Estatísticas das Cotações Obtidas							Preço Estimado (R\$)	
				Mínimo (R\$)	1º Quartil (R\$)	Mediana (R\$)	Média (R\$)	Desvio Padrão (R\$)	Coef. Variação (1)	Unitário (2)	Total	
SF-00002	Mestre de obras	hh	100,00	R\$ 40,69	R\$ 40,69	R\$ 40,69	R\$ 40,69			R\$ 40,69	R\$ 4.069,00	
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho	un	1,00	R\$ 2.411,09	R\$ 2.411,09	R\$ 2.411,09	R\$ 2.411,09			R\$ 2.411,09	R\$ 2.411,09	
SF-00021	Remoção de cortinas	m	33,00	R\$ 3,37	R\$ 3,37	R\$ 3,37	R\$ 3,37			R\$ 3,37	R\$ 111,21	
SF-00049	Andaime tubular (aluguel/mês)	m x mês	9,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00			R\$ 19,00	R\$ 171,00	
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)	m2	306,00	R\$ 14,94	R\$ 14,94	R\$ 14,94	R\$ 14,94			R\$ 14,94	R\$ 4.571,64	
SF-00145	Forro em gesso acartonado monolítico, sem estrutura	m2	0,72	R\$ 45,30	R\$ 45,30	R\$ 45,30	R\$ 45,30			R\$ 45,30	R\$ 32,62	
SF-03706	Blecaute sem varão (Modelo Salão Nobre)	m	33,00	R\$ 232,23	R\$ 288,70	R\$ 381,82	R\$ 360,55	R\$ 106,15	29,44%	R\$ 381,82	R\$ 12.600,06	
SF-04583	Luminária LED Highbay 60W	un	3,00	R\$ 354,58	R\$ 354,58	R\$ 354,58	R\$ 354,58			R\$ 354,58	R\$ 1.063,74	
SF-04584	Luminária LED Highbay 80W	un	17,00	R\$ 425,55	R\$ 425,55	R\$ 425,55	R\$ 425,55			R\$ 425,55	R\$ 7.234,35	

TOTAL GERAL R\$ 32.264,71

(1) O Coeficiente de Variação é uma medida estatística que indica quanto os preços observados na pesquisa diferem, em média, do Preço Médio Unitário (PMU). É resultado da divisão entre o Desvio-Padrão (DP) e o PMU.
(2) O Preço Estimado é calculado, em geral, utilizando-se a MEDIANA das cotações, por ser uma medida estatística de tendência central não influenciada por valores extremos. A mediana é o valor que divide o conjunto de dados em duas partes de igual tamanho. Pretende-se, assim, obter estimativas mais próximas da realidade de mercado, sem a influência de preços atípicos.
Obs. 1: cálculos efetuados utilizando critério de arredondamento de valores fracionados para 2 (duas) casas decimais, de acordo com o ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 20, de 2010.

Equipe técnica responsável pela realização da pesquisa de preços

Pesquisa de mercado:

(assinado eletronicamente)
Gustavo Costa R. Soares / Lídia Amanda Oliveira Félix / Kellen Silva Lima
Técnicos em Edificações

Consolidação, elaboração e revisão da planilha de cálculo:

(assinado eletronicamente) (assinado eletronicamente)
Iwar Fonseca Matos Neto Thauler Ferreira B. de Souza
Analista Legislativo Coordenador/COORC



FONTES DE PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: Projeto Luminotécnico Salão Nobre
Processo: 00200.002429/2024-61
Data: fevereiro de 2023

Empresas consultadas que APRESENTARAM propostas:

Item	Número da proposta no mapa de cotações	Data da proposta	CNPJ	Nome da Fonte, Fornecedor e (ou) Empresa	DDD	Telefone	E-mail	Contato
INSUMOS								
1	8	04/12/23	44.745.530/0001-34	Melhor Indústria Serviços na Internet S.A.	11	99435-0499	info@melhorindustria.com.br	Vivian Souza
2	9	09/12/23	88.644.901/0001-67	Magnani & Cia LTDA	54	4009-5255	magnani@magnani.com.br	Diagnus Magnus
3	10	13/12/23	10.534.926/0001-10	Lumiluz Material Elétrico LTDA	27	3203-6600	lucas@lumiuiz.com	Lucas
SERVIÇOS								
1	2	12/12/23	04.158.741/0001-56	Gardênia Franco Torres dos Santos	61	3354-3004	giselle.decor@hotmail.com	Bruno
2	3	12/12/23	29.789.727/0001-81	Faich Jussif Sulaiman Netto	61	3202-0497	cortinas@linadecor.com	Paulo César
3	4	12/12/23	36.658.990/0001-05	Kizy Oliveira de Castro Almeida	61	3049-1876	kizycastro21@gmail.com	Kizy Oliveira
4	5	12/12/23	04.646.858/0001-89	Ceará Persianas EIRELI	61	3447-4724	cearapersianas@gmail.com	Simone Fernandes
5	6	12/12/23	40.088.147/0001-08	Perfect Cortinas e Persianas LTDA	61	98359-3177	Perfectcortinas@gmail.com	Keuvis





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 285/2024-ADVOSF
Processo nº 00200.002429/2024-61

Análise de proposta de licitação, na modalidade “pregão eletrônico”, menor preço global, destinada à contratação de empresa para prestação de serviços comuns de engenharia, incluindo o fornecimento de materiais e insumos, visando a execução de projeto de melhoria da iluminação natural e artificial do Salão Nobre e do Museu do Senado Federal. Edital mesclado, prevendo, preliminarmente, a exclusividade para participação de micro e pequenas empresas, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e, alternativamente, a modalidade de ampla concorrência. Análise jurídica. Recomendações.

I - RELATÓRIO

Vem a esta Advocacia os autos do processo em referência, a teor do que dispõem o art. 53 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 22 do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, a fim de que seja analisada a minuta de edital de pregão eletrônico constante do documento nº 00100.066612/2024-12.

O procedimento licitatório proposto destinar-se-á à contratação de empresa para a prestação de serviços prestação de serviços comuns de engenharia, incluindo o fornecimento de materiais e insumos, visando a execução de projeto de melhoria da iluminação natural e artificial do Salão Nobre e do Museu do Senado Federal.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Os Documentos de Formalização de Demandas nºs 92/2023 e 12/2024, a versão preliminar do mapa de risco e o Termo de Referência que serviram de base para a elaboração da minuta de edital em apreço constam dos documentos nºs 00100.019834/2024-46, 00100.019835/2024-91, 00100.019836/2024-35: e 00100.065312/2024-16.

Segundo informações prestadas pela Secretaria de Administração de Contratações no documento nº 00100.019838/2024-24, a contratação sob análise (Solicitação de Contratação nº 1.692, no valor total estimado de R\$ 50.000,00 – documento nº 00100.019836/2024-35) foi aprovada pelo Comitê de Contratações do Senado Federal, nos termos do inciso I do art. 8º do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Não constam dos autos o respectivo Estudo Técnico Preliminar, muito embora conste do TR as justificativas apresentadas pelo órgão técnico para a dispensa da elaboração do mencionado documento. Contudo, não foi juntado aos autos qualquer documento que comprove a sua eventual dispensa pelo Comitê de Contratações do Senado Federal, nos termos do que preceitua o art. 3º, §§ 1º, 2º e 3º, do Anexo II do ADG nº 13/2022. Registre-se que a dispensa do Estudo Técnico Preliminar para a contratação em tela não se enquadra nas hipóteses previstas no § 4º do art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022, muito embora conste da Solicitação de Contratação nº 1.692 (documento nº 00100.019836/2024-35) informação de que o referido documento seria dispensável com base no dispositivo normativo logo acima citado.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Conforme consta da última versão do Termo de Referência logo acima mencionado, a contratação pretendida por meio da licitação proposta nos autos do presente processo destina-se a promover intervenção física nos locais do Palácio do Congresso onde se situam o Salão Nobre do Senado Federal, espaço destinado a recepção de autoridades e chefes de estados, e o Museu do Senado Federal (Museu Histórico Senador Itamar Franco), que abriga obras de arte de valores inestimáveis, uma vez que as cortinas e persianas ali instaladas se encontram danificadas, empoeiradas e contaminadas por ácaros, fato esse que põe em risco tanto a integridade de obras de arte do acervo museológico do Senado Federal quanto a das pessoas que ali transitam. Os mencionados locais, que fazem parte a fachada principal do Palácio do Congresso Nacional, também necessitam de atualização em suas estruturas de iluminação, de modo possam ter maior controle e eficiência na transição entre os sistemas de luzes natural e artificial.

Conforme assevera a SINFRA, órgão técnico responsável pela elaboração do Termo de Referência que ampara a presente proposta de contratação, o conjunto de serviços e materiais a ser contratado pode ser decomposto em atividades simples, padronizáveis e pouco complexas, perfeitamente mensuráveis, cujas especificações podem ser objetivamente definidas e encontradas amplamente no mercado de engenharia de todo o país. Portanto, tais serviços podem ser classificados como serviços comuns para efeito da definição da modalidade de licitação a ser adotada como forma de viabilizar sua contratação.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

E mais, aquele órgão consignou no respectivo TR que o objeto da contratação será executado de forma indireta, sob o regime de contratação semi-integrada, uma vez que o Senado Federal não tem condições de executá-lo diretamente, pois não possui em seus quadros funcionários ou servidores capacitados para a execução dos serviços nem dispõe dos materiais, ferramentas e equipamentos necessários. Por outro lado, aduz que há no mercado empresas especializadas na prestação de tais serviços, as quais podem atender às necessidades do Senado Federal de forma mais eficiente e econômica.

A SINFRA recomendou, ainda, a adoção do critério de seleção pelo menor valor global, salientando que os serviços pretendidos são compostos por etapas complementares e interligadas e interdependentes. Caso cada parcela do conjunto de serviços seja contratada separadamente, haverá risco de comprometimento do conjunto a ser contratado, além de enorme dificuldade em se definir a responsabilidade de cada empresa prestadora que vier a causar o insucesso do empreendimento, assim como não será possível sincronizar a execução da cada uma das etapas de modo a atender tempestivamente às necessidades que se apresentam. Assim, não é viável a contratação de diferentes empresas para a execução de itens do objeto isoladamente.

A despesa com a pretendida contratação foi estimada em R\$ 37.182,12 (trinta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e doze centavos) para empresas beneficiárias da desoneração tributária e em R\$ R\$ 37.469,43 (trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos) para as empresas





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

sem desoneração, conforme pesquisa de preços elaborada pela SINFRA, a qual encontra-se acostada aos autos por meio do documento nº 00100.026509/2024-30. A partir dessa pesquisa, foram elaborados os respectivos orçamentos, já com a inclusão dos acréscimos dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), cujas planilhas orçamentárias foram objeto de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA-DF), registrada em nome do servidor Thauler Ferreira Bispo de Souza, engenheiro civil e coordenador de orçamentos (documento nº 00100.033504/2024-63).

Assim, nos termos do art. 18, § 3º, do ADG nº 14/2022, estaria dispensada a ratificação da mencionada pesquisa de preços pela COCVAP/SADCON.

O órgão técnico responsável pela elaboração do TR subjacente consignou no dito documento não haver óbice à aplicação do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, sobretudo porque o valor global estimado para a contratação almejada encontra-se abaixo do patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Consoante o que também ficou registrado no aludido Termo de Referência, o objeto pretendido se classifica como serviço comum de engenharia, pois foi definido objetivamente por meio de especificações, de padrões de desempenho e de qualidade usuais no mercado de engenharia. Por essa razão, foi recomendada a modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico como forma de viabilizar a contratação almejada, sobretudo porque há no





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

mercado várias empresas aptas a prestar tais serviços com o padrão de qualidade exigido e com a agilidade necessária.

O modelo de contratação, tendo em vista o seu regime de execução (semi-integrada), não contempla acordo por níveis de qualidade de serviços e o pagamento pelos serviços prestados será feito em uma única parcela após o recebimento definitivo do objeto.

Foi ressalvada a impossibilidade de adoção do Sistema de Registro de Preços como forma de viabilizar a contratação do objeto pretendido em razão, pois o SRP é inadequado para o caso em tela, visto que os quantitativos e o cronograma de execução do objeto já estão previamente definidos.

Foi recomendada a vedação à participação de consórcios na licitação pretendida em razão de a complexidade e o vulto do objeto não terem potencial de limitar a ampla participação no respectivo certame de empresas aptas a executar o objeto do futuro contrato.

Nesse sentido, pontuou-se que potenciais empresas interessadas, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de se permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas em forma de consórcio para a execução do objeto da contratação pretendida.

Na hipótese tratada nos autos, a possibilidade de participação de consórcios pode vir a restringir a competitividade do certame na medida em que, admitindo-se que empresas possam se





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

associar, haverá, naturalmente, menos empresas em condições de disputar individualmente o objeto da licitação.

Foi prevista no TR a exigência de que a futura contratada tenha que prestar garantia contratual na forma prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021, no percentual de 5% do valor global do contrato.

Não consta dos autos a cópia da Portaria da Diretoria-Geral por meio da qual foram designados os atuais Agentes de Contratação do Senado Federal e a respectiva equipe de apoio, assim como informações acerca da disponibilidade orçamentária para fazer face à despesa decorrente da futura contratação.

A Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal - COPEL fez a análise da minuta de edital preliminar elaborada pela COATC/SADCON constante do documento nº 00100.044533/2024-51 e fez 10 (dez) recomendações (ver documento nº 00100.050461/2024-81). Entre essas recomendações estava a de que, apesar da observação apresentada no documento 00100.019837/2024-80 sobre a dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), seria necessário constar do processo a justificativa para a incidência de uma das hipóteses constantes do art. 3º, §4º, do ADG nº 14/2022, em observância ao disposto no § 5º do mesmo artigo.

Em atenção às recomendações feitas pela COPEL no documento acima mencionado, a Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura – COPROJ/SINFRA informou, por intermédio dos documentos nº 00100.058864/2024-78





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

e 00100.065358/2024-35, que atendeu às recomendações por meio da apresentação da última versão do Termo de Referência (documento nº 00100.065312/2024-16).

Ante o exposto e em conformidade com as disposições contidas no art. 53 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 22 do ADG nº 14/2022, os autos do processo em epígrafe vêm a esta Advocacia para análise da regularidade jurídica do procedimento até então realizado e da juridicidade da minuta de edital constante do documento nº 00100.066612/2024-12.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Inicialmente, convém destacar que este órgão jurídico, cuja análise se restringe à legalidade do processo, não possui atribuições regulamentares para emitir juízo valorativo sobre situações circunscritas no âmbito da discricionariedade do Senado Federal ou mesmo para adentrar em aspectos reservados a órgãos ou unidades com competência exclusiva estabelecida no Regulamento Orgânico do Senado Federal.

Quanto ao diploma legal que rege a presente análise, consta da minuta referência à Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata. No âmbito do Senado Federal, foi editado o Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, dispondo acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos no âmbito do Senado Federal, adequando-se a regulamentação interna ao disposto na nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021).





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

ii.1. Da regularidade instrutória:

Quanto à dispensa da apresentação do Estudo Técnico Preliminar correspondente à proposta de contratação em tela, há que se mencionar que o caso tratado nos autos não se subsume a qualquer das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022, razão pela qual, muito embora tenha sido apresentada justificativa para a não apresentação do dito documento, a dispensa deve ser autorizada pelo Comitê de Contratações do Senado Federal, nos termos do que dispõe o art. 3º, § 2º, do Anexo II do ADG nº 14/2022, e certificada nos autos do processo em tela.

A partir da análise das informações constantes da última versão do Termo de Referência que subjaz a presente proposta de licitação e futura contratação (documento nº 00100.065312/2024-16), verifica-se que o referido documento, sob o ponto de vista formal, foi elaborado de acordo com as diretrizes previstas no art. 13 e no Anexo III do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, exceto no que diz respeito à análise dos riscos da contratação em tela, assim considerada como conteúdo destinado à identificação, à avaliação e ao delineamento das ações de tratamento e monitoramento dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e seu objeto e tendo por objetivo a prevenção quanto à concretização dos riscos detectados e a mitigação dos impactos a serem suportados pela Administração caso venham a ocorrer.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Embora o mapa de riscos não esteja inserido no rol das exigências obrigatórias previstas no art. 5º do Anexo III do ADG nº 14/2022, há recomendação expressa para que seja realizada análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual tanto no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 quanto no art. 1º do Anexo III do ADG nº 14/2022, razão pela qual, caso o órgão técnico entenda realmente desnecessária a elaboração do mapa de riscos correspondente ao empreendimento ora em exame, que justifique sua desnecessidade no respectivo Termo de Referência.

Em relação à pesquisa de preços (documento nº 00100.026509/2024-30), cuja elaboração foi feita por Engenheiro Civil servidor do Senado Federal, e considerando que a mesma e as respectivas planilhas orçamentárias foram objeto de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA-DF) junto ao CREA/DF (documento nº 00100.033504/2024-63), presume-se válido o aludido procedimento, ficando dispensada a sua ratificação pela COCVAP/SADCON nos termos do que dispõe o art. 18, § 3º, do ADG nº 14/2022.

Há também a necessidade de que os autos sejam instruídos com cópia da Portaria da Diretoria-Geral por meio da qual foram designados os agentes de contratação do Senado Federal e a respectiva equipe de apoio.

Quanto a esse ponto, tem-se que o princípio da publicidade é inerente aos procedimentos licitatórios, necessário como instrumento de transparência destinado a garantir o controle





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

social sobre as despesas públicas. Atente-se, portanto, ao que preceitua o art. 29 do ADG nº 14/2022, *verbis*:

Art. 29. A fase externa do processo de licitação pública será conduzida por agente de contratação, ou, nos casos previstos no §2º do art. 8º ou no inciso XI do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021, por Comissão de Contratação.

§ 1º Os agentes de contratação poderão contar com o suporte necessário da Equipe de Apoio na condução dos procedimentos licitatórios, tanto na forma presencial quanto na eletrônica.

§ 2º Compete à Diretoria-Geral designar:

I - os agentes de contratação e os membros de Comissão de Contratação, dentre os servidores efetivos integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e observado o disposto no art. 6º deste Ato.

II - os integrantes da Equipe de Apoio, dentre os servidores integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Sanadas as questões acima, restará pendente a adoção dos seguintes procedimentos: a) aprovação do termo de referência; b) autorização para realização do certame na modalidade proposta; c) a indicação da fonte orçamentária e a realização do pré-empenho dos recursos necessários para fazer face à despesa com a contratação pretendida; d) a autorização para a realização da despesa correspondente; e e) a designação dos gestores e fiscais do futuro contrato.

ii.2 Do objeto

A princípio, destaca-se que o pregão é uma modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (artigo 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021).





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Ao caso em questão, a presente análise irá se debruçar sobre a aquisição de bens e serviços pelo critério de menor preço. Nessa toada, a Lei nº 14.133/2021 estabelece:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

De tal modo, o significado da expressão “*bens e serviços comuns*” compõe-se de dois elementos: (a) padrão de desempenho e de qualidade do bem ou serviço objetivamente definido pelo edital; e (b) definição por meio de especificações usuais no mercado.

Pois bem. A licitação objetiva viabilizar contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia, incluindo o fornecimento de materiais e insumos, visando a execução de projeto de melhoria da iluminação natural e artificial do Salão Nobre e do Museu do Senado Federal, tudo conforme as especificações constantes do Termo de Referência e, conseqüentemente, do edital que vier a ser publicado.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Os padrões de compatibilidade e qualidade do objeto foram definidos objetivamente no edital, por meio de especificações usuais do mercado. Portanto, entende-se que os itens do objeto especificados na minuta de edital em apreço se encaixam na definição legal de “*serviço comum*”, o que demanda o uso da modalidade Pregão para a respectiva licitação.

No mais, o pregão segue o rito do procedimento comum previsto no art. 17 da mesma lei. Por ora, destaca-se o § 2º do art. 17, que estabelece a adoção preferencial da licitação sob a forma eletrônica.

Logo, a partir da informação prestada pela SINFRA de que o objeto pretendido se enquadra no conceito de “*serviço comum de engenharia*”, correta a adoção do pregão em formato eletrônico na licitação em tela.

As especificações exigidas são dotadas de certa generalidade, amplamente disponíveis no mercado e parecem ser aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame.

Ante as considerações acima expostas e conforme se verifica da minuta do edital (documento nº 00100.141377/2023-94), a Administração do Senado Federal descreveu o objeto da licitação de modo objetivo, estabelecendo padrão de qualidade por ela desejado e características mínimas dos itens pretendidos, caracterizando assim a definição jurídica de “*bens e serviços comuns*”.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

ii.3 Do critério de adjudicação

Para a adjudicação do objeto foi recomendada a adoção do critério “*menor preço global*”, visto tratar de serviços compostos por etapas complementares e interligadas, pois a execução de uma parcela interfere na execução das demais, existindo uma grande interdependência entre as mesmas. Por essa razão, não há a possibilidade de decomposição do objeto em parcelas autônomas a serem contratadas individualmente, sob pena de se comprometer todo o conjunto da contratação almejada. Desse modo, parece ser inviável a contratação de empresas diferentes para a execução de itens que compõem o objeto na forma delineada pelo Termo de Referência subjacente.

Considerando o teor da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, verifica-se que o critério de adjudicação do menor preço global se justifica em razão dos motivos técnicos e econômicos apresentados pelo órgão técnico responsável pela contratação.

ii.4 Análise do instrumento convocatório

Em relação ao instrumento convocatório (documento nº 00100.066612/2024-12), verifica-se que a minuta guarda pertinência com a legislação de regência e converge com o que consta do Termo de Referência que ampara a proposta de contratação em tela. No tocante à formalização da avença, a minuta de edital contém as disposições próprias dos contratos e segue o padrão





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

adotado pelo Senado Federal, com as cláusulas necessárias exigidas pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

A COPEL, após analisar a minuta de edital preliminar constante do documento nº 00100.050461/2024-81, recomendou alterações tanto no Termo de Referência quanto na Minuta de Edital. O órgão técnico por sua vez, respondeu por meio dos documentos nº 00100.058864/2024-78 e nº 00100.065358/2024-35, apresentado as justificativas pertinentes e informando que foram promovidas as necessárias adequações na última versão do Termo de Referência constante do documento nº 00100.065312/2024-16.

No que tange ao tratamento favorecido devido às microempresas e empresas de pequeno porte, verifica-se que a minuta editalícia foi elaborada de forma mesclada, prevendo, preliminarmente, a exclusividade para participação de micro e pequenas empresas, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e, alternativamente, a modalidade de ampla concorrência.

Neste diapasão, ressalta-se que o valor total estimado para a contratação em tela está abaixo do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme consta do TR e do orçamento correspondente, devendo, portanto, ser aplicado, pelo menos em um primeiro momento, o tratamento favorecido às micro e pequenas empresas previsto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, ou seja, o objeto da licitação em tela deve ser dirigido exclusivamente às micro e pequenas empresas.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

É que, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 147/2014, o direcionamento da licitação às micro e pequenas empresas na hipótese prevista pelo art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 – que antes era uma faculdade – passou a ser uma obrigação.

E esse tratamento diferenciado, conforme previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, somente pode ser afastado nas hipóteses elencadas no art. 49:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado);

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

Assim, correto que, em um primeiro momento, a licitação em tela deva ser dirigida exclusivamente às micro e pequenas empresas. Caso o primeiro certame não logre sucesso, aí sim haverá justificativa para a realização de um novo certame sob o regime da concorrência ampla.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Verifica-se, também, que as exigências habilitatórias previstas na minuta de edital ora em apreço mostram-se razoáveis e adequadas, considerados o vulto e a natureza do objeto pretendido, bem assim o fato de tratar-se de serviços cuja responsabilidade técnica deva recair sobre profissional de engenharia ou arquitetura com habilitação em Engenharia e Segurança do Trabalho.

Entretanto, ainda restam pendentes a adoção das seguintes providências: a) juntada aos autos da cópia da Portaria da Diretoria-Geral por meio da qual foram designados os agentes de contratação do Senado Federal e a respectiva equipe de apoio, b) aprovação do termo de referência; c) autorização para realização do certame na modalidade proposta; e d) a designação dos gestores e fiscais para os futuros contratos (notas de empenho).

III – CONCLUSÃO

Em conclusão, observadas as recomendações constantes do presente opinativo e ressalvada eventual impropriedade de ordem técnica que escape à competência estritamente jurídica deste órgão de assessoramento, entende-se que a minuta constante do documento nº 00100.192156/2023-84 poderá ser considerada regular e apta à aprovação pela autoridade competente, sem necessidade de retorno a esta Advocacia.

É o Parecer.

Brasília/DF, 6 de maio de 2024.

(assinado digitalmente)
LUCIANO DE SOUSA DIAS
Assessor Jurídico - OAB/DF 12.260





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

REF.: PARECER Nº 285/2024-ADVOSF
Processo nº 00200.002429/2024-61

Aprovo. Junte-se ao processo em epígrafe e encaminhe-se à COATC/SADCON para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

Brasília/DF, 05 de maio de 2024.

(assinado digitalmente)
RAFAEL RODRIGUES DA CUNHA PAIVA
Advogado do Senado Federal
Revisor do Núcleo de Processos de Contratações





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA
Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura – COPROJ

OFÍCIO 032/2024 – COPROJ/SINFRA

Em 08 de abril de 2024

A COATC

Assunto: CONTRATAÇÃO 20240257 - SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO DE BLOQUEIO SOLAR PARA O SALÃO NOBRE E ADAPTAÇÕES NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

Referência: 00200.002429/2024-61

1. Refiro-me ao processo nº 00200.002429/2024-61, que trata da contratação de empresa para fornecimento de insumos e prestação de serviços de engenharia visando a melhoria de iluminação natural e artificial do Salão Nobre e do Museu do Senado Federal.
2. No documento 00100.044533/2024-51 foram feitos apontamentos pela COATC que carecem de manifestação do órgão técnico. Para melhor organização e pontuação dos itens tratados, o faremos em forma de quadro.

Nota	Item do PB alterado	Resumo da alteração / justificativa
1	-	Para o presente caso as pranchas gráficas e as especificações técnicas elaboradas são suficientes para compreensão da totalidade do objeto, incluindo-se a sua execução técnica. A única peça executiva que resta ser desenvolvida pela contratada consiste no projeto executivo de segurança do trabalho. Cabe destacar que o delineamento técnico de segurança do trabalho vai além do o detalhamento em si e acaba invadindo o procedimento operacional de cada empresa, razão pela qual é impossível de ser desenvolvido em sua plenitude pelo contratante.
2	-	Incluído
3	1	Alterado conforme sugestão
4	E	Alterado conforme sugestão
5	32 / 33	Alterado conforme sugestão
6	-	Sugerimos a manutenção do texto conforme Termo de Referência Original. O item está se referindo ao atestado operacional, não cabendo menção à documentação do profissional.

Página 1 de 2





SENADO FEDERAL

Secretaria de Infraestrutura – SINFRA
Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura – COPROJ

3. No documento 00100.050461/2024-81 foram feitos apontamentos pela COPEL que também carecem de manifestação do órgão técnico.

Nota	Item do PB alterado	Resumo da alteração / justificativa
1	2.1	Alterado conforme sugestão
2	-	Já tratado no âmbito das observações da COATC
3	-	Dados ajustados no Senic
4	-	-
5	-	Não há óbices à adoção da redação proposta
6	-	Não resta claro que tipo de robustecimento é sugerido pelo órgão de processamento externo de licitações. Entende-se que a justificativa lógica e plausível está devidamente consignada.
7	-	Já resta consignado que as referências comerciais são apenas norteadoras. Não se compreende a necessidade de alterar cada um dos itens no Edital.
8	-	-
9	-	-
10	Anexo B	Alterado conforme sugestão

4. Indicamos, por fim, que foram realizados ajustes pontuais nas fichas de especificações, razão pela qual solicitamos que sejam atualizados os anexos do Edital.

5. Restituimos os autos para continuidade da instrução.

Atenciosamente,

[assinado eletronicamente]
Joelmo de Andrade Borges
Gestor Assistente da COPROJ





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.002429/2024-61

Assunto: Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Fornecimento de insumos e prestação de serviços de engenharia visando a melhoria de iluminação natural e artificial do Salão Nobre e do Museu do Senado Federal.
Valor estimado: R\$ 37.182,12. Item 20240257 do Plano de Contratações. Aprovações e autorizações da Diretoria-Geral.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de empresa para fornecimento de insumos e prestação de serviços de engenharia visando a melhoria de iluminação natural e artificial do Salão Nobre e do Museu do Senado Federal, ao custo estimado de **R\$ 37.182,12** (trinta e sete mil cento e oitenta e dois reais e doze centavos), consoante especificações contidas na nova minuta do referido edital (documento nº 00100.085338/2024-81):

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Total R\$
1	Substituição de elemento de bloqueio solar para o Salão Nobre e do Museu do Senado federal com adaptações no sistema de iluminação.	1	Lote	37.182,12

O Órgão Técnico justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.081928/2024-34), conforme transcrição a seguir:

B. Justificativa

4. De acordo com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, compete à Secretaria de Infraestrutura a elaboração de projetos que alterem as características físicas do complexo





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

arquitetônico do Senado Federal, além de aprovar, gerir e fiscalizar serviços contratados a terceiros na sua área de atuação.

“Art. 222. À Secretaria de Infraestrutura compete dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de conservação arquitetônica, reforma e atualização das instalações internas, edificações e áreas externas do complexo arquitetônico do Senado Federal; dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de marcenaria e serralheria, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações civis, elétricas, eletromecânicas, hidráulicas e hidrossanitárias do complexo arquitetônico do Senado Federal; aprovar, gerir e fiscalizar serviços contratados a terceiros na sua área de atuação; manifestar-se obrigatória e previamente sobre projetos de contratação que possam impactar o complexo arquitetônico do Senado Federal ou seus sistemas de infraestrutura; definir diretrizes de infraestrutura e planos para uso, ocupação e intervenções no CASF; elaborar instruções normativas que regulamentem tais definições e diretrizes; gerir o plano de edificações do Senado Federal; executar tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições das áreas internas; realizar a gestão de recursos humanos e materiais de suporte da Secretaria e executar outras atividades correlatas.”

5. Atendimento à Demanda nº 0092/2023 – SENIC. Como consta no documento de oficialização de demanda, o local que passará por intervenção é ocupado pelo Salão Nobre, espaço de recepção de Chefes de Estado. O local é também ocupado pelo Museu Histórico Senador Itamar Franco, que abriga obras de arte de valor inestimável, como o quadro de Gustavo Hastoy, que representa a assinatura da primeira constituição brasileira.

6. Atendimento à demanda nº 0012/2024-SENIC. Como consta no documento de oficialização da demanda, o objeto abarca, dentro do que é possível tecnicamente, os pleitos feitos pela COMUS/SGIDOC ao longo dos anos quanto à necessidade de atualização tecnológica do sistema de iluminação do Salão Nobre.

7. As cortinas existentes no Salão Nobre hoje estão gastas e o blackout se encontra com furos. Além disso, acumulam pó e ácaros e deixam passar o calor, fatores que prejudicam a conservação e a integridade de obras de arte do acervo museológico do Senado Federal.

8. Trata-se da fachada principal do Palácio do Congresso Nacional, hoje com persianas originais e cortinas inadequadas. Busca-se a uniformização e condições melhores de limpeza do local e de conservação de objetos, móveis e obras de arte ali presentes. 9. Dentro desse mesmo contexto, agrega-se ao escopo a melhoria do sistema de iluminação artificial para que se tenha maior nível de controle de transição entre o sistema natural e artificial.

Por meio do Ofício nº 368/2024 – COATC/SADCON (documento nº 00100.085350/2024-95), a unidade técnica prestou as seguintes informações quanto à regularidade da presente instrução:

Para a finalidade, a Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.032293/2024-41, que, após alterações,





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.081928/2024-34, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Ato da Comissão Diretora nº 14/2022.

Quanto ao Estudo Técnico Preliminar – ETP, consta NUP 00100.019836/2024-35, Solicitação de Contratação nº 1692, que “a dispensa do Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação se enquadra nas hipóteses previstas no § 4º do art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022.”

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.026509/2024-30, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 37.182,12**.

Cabe informar que a pesquisa de preços apresenta Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), NUP 00100.033504/2024-63, sendo assim, a ratificação da pesquisa da foi dispensada pela COCVAP (NUP 00100.035082/2024-61), conforme §3º ao art. 18 do ADG nº 14/2022.

[...]

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.050461/2024-81, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

[...]

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 285/2024 (NUP 00100.075279/2024-32) analisou os autos e concluiu que:

[...] observadas as recomendações constantes do presente opinativo e ressalvada eventual impropriedade de ordem técnica que escapa à competência estritamente jurídica deste órgão de assessoramento, entende-se que a minuta de edital do documento nº 00100.192156/2023-84 poderá ser considerada regular e apta à aprovação pela autoridade competente, sem necessidade de retorno a esta Advocacia.

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.081894/2024-88.

Quanto à recomendação da ADVOSF e da COPEL para que a dispensa da apresentação do Estudo Técnico Preliminar seja autorizada pelo Comitê de Contratações e certificada nos autos do processo em tela, embora a justificativa para tal dispensa conste no Termo de Referência, informamos que os esclarecimentos constam do despacho da SADCON ao final deste documento.

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.084841/2024-19. A contratação está prevista no item 20240257 do Plano de Contratações.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.085338/2024-81 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

Ressalta-se que é de competência da Advocacia do Senado Federal a análise jurídica de todos os processos que visem a uma contratação, previamente à



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

deliberação pela autoridade competente, conforme art. 53 da Lei 14.133/2021
c/c o art. 22, do ADG nº 14/2022.

Em seguida, o Senhor Diretor da SADCON opinou previamente pelo seguimento do certame e, para tanto, recomendou autorizar o certame, aprovar o termo de referência e a minuta de edital, autorizar a despesa estimada, e designar os gestores.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica espousa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo.

À consideração de Vossa Senhoria.

Diretoria-Geral, 24 de maio de 2024.

(assinatura digital)

Brena de Melo Freitas

Analista Legislativo - Administração

(assinatura digital)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello

Assessora Técnica





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, V, VII e IX, Anexo V, do Regulamento Administrativo, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico;
2. **APROVO** o Termo de Referência (NUP 00100.081928/2024-34) e a minuta de edital (NUP 00100.085338/2024-81), nos termos propostos na presente instrução;
3. **AUTORIZO** a despesa estimada no valor máximo de R\$ **37.182,12** (trinta e sete mil cento e oitenta e dois reais e doze centavos) previsto no item 20240257 do Plano de Contratações;
4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG anexa.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 24 de maio de 2024.

(assinatura eletrônica)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL**Nº 1681 de 2024**

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do Regulamento Administrativo, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.002429/2024-61**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação – NGCIC** como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar o titular da **Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura – COPROJ** e seu substituto, respectivamente, como fiscal titular e fiscal substituto do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de maio de 2024.

(assinatura eletrônica)

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral

